



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE MEDIAÇÕES INTERCULTURAIS
CURSO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS APLICADAS ÀS NEGOCIAÇÕES
INTERNACIONAIS**

**ISENÇÃO UNILATERAL DE VISTO DE TURISMO PARA OS EUA E BENEFÍCIOS
ECONÔMICOS ESPERADOS: UM ESTUDO PARA O BRASIL, MÉXICO E
ARGENTINA**

RENATA DE ARAÚJO SILVA DANTAS

João Pessoa
Dezembro/2019

RENATA DE ARAÚJO SILVA DANTAS

**ISENÇÃO UNILATERAL DE VISTO DE TURISMO PARA OS EUA E BENEFÍCIOS
ECONÔMICOS ESPERADOS: UM ESTUDO PARA O BRASIL, MÉXICO E
ARGENTINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Paixão.

João Pessoa
Setembro/2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa desde que citada a fonte.

RENATA DE ARAÚJO SILVA DANTAS

**ISENÇÃO UNILATERAL DE VISTO DE TURISMO PARA OS EUA E BENEFÍCIOS
ECONÔMICOS ESPERADOS: UM ESTUDO PARA O BRASIL, MÉXICO E
ARGENTINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Paixão.

Aprovada em João Pessoa, _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Márcia Cristina Silva Paixão

Professora Dra. Ana Carolina Vieira Bastos

Professor Dr. Alexandre César Cunha Leite

Agradeço a Deus por esta oportunidade. Sem Ele, nada faria sentido. Toda honra, glória e louvor pertencem somente a Ele.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho aos meus pais e irmão, que sempre me apoiaram em minhas decisões acadêmicas.

Ao meu noivo Juan, que pacientemente esteve comigo em cada etapa.

Aos meus amigos que torcem por mim e que têm esta vitória como deles também.

FOLHA DE IDENTIFICAÇÃO

Instituição	UFPB - Universidade Federal da Paraíba. Endereço: Cidade Universitária - João Pessoa - PB - Brasil - CEP: 58051-900. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - Campus I - Bloco A.
Dirigentes	Reitoria: Reitora: Prof ^ª . Dra. Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz. Vice-Reitora: Prof ^ª . Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira. Pró-Reitora de Graduação: Prof ^ª . Dra. Arianne Norma Menezes de Sá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA): Diretora: Prof ^ª . Dra. Mônica Nóbrega. Vice-Diretor: Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva. Departamento de Mediações Interculturais (DMI): Chefe: Prof ^ª . Dra. Tânia Liparini Campos. Vice-Chefe: Prof ^ª . Ma. Christiane Maria de Sena Diniz. Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (LEA-NI): Coordenadora: Prof ^ª . Ma. Silvia Renata Ribeiro. Vice-Coordenadora: Prof ^ª . Dra. Katia Ferreira Fraga.
Trabalho de Conclusão de Curso	Título: Isenção unilateral de visto de turismo para os EUA e benefícios econômicos esperados: um estudo para o Brasil, México e Argentina Vínculo: Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso. Professora Responsável: Prof ^ª . Ma. Silvia Renata Ribeiro.
Execução	Orientadora: Prof ^ª . Dra. Márcia Paixão. Aluna: Renata de Araújo Silva Dantas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Objetivos da pesquisa	16
2 A RECIPROCIDADE ENTRE PAÍSES E OS JOGOS UNILATERAIS.....	17
2.1 A diplomacia dos vistos.....	20
3 METODOLOGIA.....	21
4 PROGRAMAS DE ISENÇÃO DE VISTO DE TURISMO PARA OS EUA: BREVE HISTÓRICO DO BRASIL, MÉXICO E ARGENTINA	22
4.1 A relação Brasil-EUA.....	22
4.1.1 O programa americano de isenção de vistos	29
4.2 A relação México-EUA	31
4.3 A relação Argentina-EUA	32
5 BENEFÍCIOS ECONÔMICOS DOS PROGRAMAS.....	34
5.1 Resultados para o México.....	34
5.2 Resultados para a Argentina	37
5.3 Resultados esperados para o Brasil	40
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Histórico da Lei de Estrangeiros no Brasil: vistos e relação de reciprocidade ou dispensa unilateral	25
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – México: fluxo de turistas americanos antes e após a isenção de visto	35
Gráfico 2 – México: gastos de turistas americanos antes e após a dispensa de visto (US\$).....	36
Gráfico 3 – Argentina: fluxo de turistas americanos antes e após a isenção de visto	37
Gráfico 4 – Argentina: gastos de turistas americanos antes e após a dispensa de visto, 1999-2007 (US\$ milhões)	38
Gráfico 5 – Argentina: gastos de turistas americanos após a dispensa de visto, 2008-2017 (US\$ milhões).....	39
Gráfico 6 – Argentina: país de origem dos turistas, julho/2019	40
Gráfico 7 – Brasil: chegada de Turistas, 2018.....	44

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Payoffs</i> em Jogos Unilaterais	19
Figura 2 - <i>Payoffs</i> em Jogos Unilaterais com restrição de reciprocidade	19

LISTA DE SIGLAS

BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CPTM	Conselho de Promoção Turística do País
DHS	Departamento de Segurança dos EUA
EUA	Estados Unidos da América
Embratur	Instituto Brasileiro de Turismo
ESTA	<i>Electronic System for Travel Authorization</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
INTERPOL	Organização Internacional de Polícia Criminal
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MTur	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
PL	Projeto de Lei
PIB	Produto Interno Bruto
PIBT	Produto Interno Bruto Turístico
SECTUR	<i>Secretaría de Turismo de México</i>
VWP	<i>Visa Waiver Program</i>
WTTC	<i>World Travel and Tourism Council</i>

RESUMO

As medidas que um país adota em relação a outros sinaliza sua disposição de cooperação ou não cooperação. Nesse contexto, faz-se importante compreender as diferentes formas de abertura de um país por meio de um aspecto pouco estudado, a diplomacia de vistos. Este trabalho apresenta uma avaliação de três países: Brasil, México e Argentina. Esses aplicaram a estratégia de isenção unilateral do visto de turismo para os Estados Unidos da América, visando um benefício futuro. Para tanto, recuperou-se os conceitos de reciprocidade e de Jogos Unilaterais, o histórico de programas de isenção de visto de turismo para os EUA e apresentou-se dados de fluxo de turismo de norte-americanos nos três países, bem como os gastos desses, cinco anos antes e após a isenção. Outros fatores também foram avaliados, relacionados com o aumento de turistas e crescimento do setor. Utilizou-se estudos baseados em autores como Celso D. Mello (2000), Robert O. Keohane (1986) e Kevin D. Stringer (2004). Trata-se de pesquisa qualitativa, descritiva, bibliográfica e com base em dados coletados no Departamento de Comércio dos EUA. Verificou-se que as relações recíprocas estão sendo modificadas, dando aos países maior espaço para medidas unilaterais. A partir dos resultados obtidos, pode-se concluir que, embora a isenção unilateral de vistos gere ganhos significativos, ela não é fator exclusivo para o aumento do fluxo de turistas e crescimento do setor de turismo, com geração de renda e emprego. Ainda assim, medidas unilaterais são importantes e podem resultar em ganhos maiores no futuro.

Palavras-chave: Turismo. Diplomacia de Vistos. Isenção Unilateral. Princípio da Reciprocidade.

ABSTRACT

The measures one country takes towards another signals its willingness to cooperate or not. In this context, it is important to understand the different types of openness a country has through an aspect less studied, the visa diplomacy. This paper presents an evaluation of three countries: Brazil, Mexico and Argentina. They implemented the unilateral visa waiver strategy for the United States, seeking future benefits. To that end, the concepts of reciprocity, Unilateral Games and the background of US tourist visa waiver programs were discussed. US tourist flow and spending in the three countries were presented for five years before and after the visa exemption. Other factors related to the increase of tourists and growth of the tourism sector were also evaluated. Studies based on Celso D. Mello (2000), Robert O. Keohane (1986) and Kevin D. Stringer (2004) were used. This paper is a qualitative, descriptive, bibliographic and based on data collected from the U.S Department of Commerce. It was found that reciprocal relations are being modified, giving the countries space for unilateral measures. From the results obtained, it can be concluded that, although the unilateral visa waiver generates significant gains, it is not an exclusive factor for the increase of the tourist flow and growth of the tourism sector, with income and employment generation. Still, unilateral measures are important and may result in greater gains in the future.

Keywords: Visa Diplomacy. Unilateral Exemption. Principle of Reciprocity.

RESUMEN

Las medidas que un país toma hacia otros indican su disposición a cooperar o no. En este contexto, es importante comprender las diferentes formas de apertura de un país a través de un aspect poco estudiado, la diplomacia de visas. Este artículo presenta una evaluación de tres países: Brasil, Mexico y Argentina. Estes aplicaron la estrategia de exención de visa unilateral para los Estados Unidos de América para llegar a beneficio futuro. Con este fin, se recuperaron los conceptos de reciprocidad y juegos unilaterals, se recuperó lo histórico de los progamas de exención de visa de turista para los Estados Unidos y se presentaron los datos de flujo de turistas de los Estados Unidos cinco año antes y después de la exención. También se evaluaron otros factores relacionados con el aumento de turistas y el crecimiento del sector. Se utilizaran estudios basados en Celso D. Mello (2000), Robert O. Keohane (1986) y Kevin D. Stringer (2004). Es una investigación cualitativa, descriptive, bibliográfica y basado em datos recopilados del Departamento de Comercio de EE. UU. Se encontró que las relaciones recíprocas se están modificando, dando más espacio para medidas unilaterales. A partir de los resultados obtenidos, se puede concluir que, aunque la exención de visa unilateral genera ventajas significativas, no es un factor exclusivo para el aumento del flujo turístico y el crecimiento del sector turístico, con ingresos y generación de empleo. Aún así, las medidas unilaterales son importantes y pueden dar lugar a mayores ventajas en el futuro.

Palabras Clave: Turismo. Diplomacia de Visas. Exención Unilateral. Principio de Reciprocidad.

RÉSUMÉ

Les mesures prises par un pays envers les autres indiquent sa volonté de coopérer ou non. Dans ce contexte, il est important de comprendre les différentes manières dont un pays s'ouvre à travers un aspect peu étudié, la diplomatie des visas. Ce document présente une évaluation de trois pays: le Brésil, le Mexique et l'Argentine. Ils ont appliqué la stratégie unilatérale d'exemption de visa aux États-Unis d'Amérique pour en tirer des avantages futurs. À cette fin, les concepts de réciprocité et de jeux unilatéraux, l'historique des programmes de dispense de visa des touristes américains ont été récupérés, et des données sur les flux de touristes américains dans les trois pays ont été présentées, ainsi que les dépenses correspondantes, cinq ans avant et après l'exemption. D'autres facteurs liés à l'augmentation du nombre de touristes et à la croissance du secteur ont également été évalués. Des études basées sur les auteurs tels que ont été utilisées. Il s'agit d'une recherche qualitative, descriptive, bibliographique et basée sur des données recueillies auprès du département américain du Commerce.. Il a été constaté que les relations réciproques étaient en cours de modification, laissant plus de place aux mesures unilatérales. Les résultats obtenus permettent de conclure que, même si l'exemption de visa unilatérale génère des gains importants, elle n'est pas un facteur exclusif de l'augmentation du flux touristique et de la croissance du secteur du tourisme, générant des revenus et de l'emploi. Néanmoins, les mesures unilatérales sont importantes et pourraient entraîner des gains plus importants à l'avenir.

Mots-clés: Le tourisme. Visa Diplomatie. Exemption Unilatérale. Principe de Réciprocité.

1 INTRODUÇÃO

No início do ano de 2019, o governo brasileiro, em caráter unilateral, isentou quatro países do visto de turismo, quais sejam: Canadá, Austrália, Japão e Estados Unidos da América (EUA). Esse fato levantou um debate no País sobre o princípio da reciprocidade, historicamente adotado. De um lado, defende-se a isenção nessa condição, alegando-se oportunidade de crescimento para o turismo brasileiro. De outro, sustenta-se que o princípio da reciprocidade deve prevalecer, ou seja, a concessão de benefícios a certo país deve ser condicionada ao recebimento de benefícios semelhantes.

Segundo Silva (2004), um Estado é composto por três elementos: povo, território e soberania¹. Para que um Estado seja reconhecido pelos outros como Estado (sujeito por excelência no Direito Internacional), ele precisa ser soberano. A Constituição Federal de 1988 apresenta a soberania como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (BRASIL, [2016]). Segundo Winter (2019), entre os atributos da soberania, que dá direitos a um Estado, estão os direitos de: organização política; jurisdição e legislação; domínio. Há também, segundo Winter (2019), o direito de defesa e conservação, onde se encaixam os direitos de autorizar a entrada de estrangeiros (passaporte e vistos) e de removê-los por meio de deportação ou expulsão.

Winter (2019) afirma que os Estados comumente obedecem ao princípio da reciprocidade pelo fato de serem soberanos e iguais entre si, mas que, apesar desse princípio ser perfeitamente defensável, a ideia de ir além dele é bem-vinda, pois representa uma política acima de limites estreitos. No caso do México, a superação do princípio da reciprocidade e a isenção de vistos para os EUA foi um fator que aumentou o turismo no país, gerando mais empregos e receitas. No caso da Argentina, houve benefícios, porém não tão expressivos devido a problemas políticos internos.

Dado o fato de serem escassos os estudos sobre a política brasileira de vistos, autores estrangeiros foram pesquisados. Utilizou-se, por exemplo, o estudo de Parisi e Ghei (2003) sobre a Teoria dos Jogos. Nele, os autores descrevem as várias combinações de estratégias entre

¹ Soberania: “Partindo do pressuposto de que todos os atos dos Estados são passíveis de enquadramento jurídico, tem-se como soberano o poder que decide qual a regra jurídica aplicável em cada caso, podendo, inclusive, negar a juridicidade da norma. Segundo essa concepção não há Estados mais fortes ou mais fracos, uma vez que para todos a noção de direito é a mesma.” DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 66.

um país e outro para alcançar determinado objetivo. Em específico, utilizou-se como referência analítica a estratégia de Jogos Unilaterais.

Discutiu-se o histórico de programas de isenção unilateral de vistos entre o Brasil, México e Argentina com relação aos EUA. Buscou-se leis referentes a isenção unilateral ou reciprocidade, no caso do Brasil desde 1955, e no caso do México e da Argentina do período inicial da isenção até 2018.

Em face dessa perspectiva, busca-se no presente estudo responder o seguinte problema de pesquisa: quais os prováveis benefícios econômicos da isenção unilateral pelo Brasil de vistos de turismo para cidadãos americanos à luz das experiências mexicana e argentina? Os objetivos cumpridos da pesquisa para responder essa pergunta-problema são apresentados na subseção 1.1.

1.1 Objetivos da pesquisa

O presente estudo tem por objetivo geral avaliar os prováveis benefícios econômicos da isenção unilateral pelo Brasil de vistos de turismo para cidadãos americanos à luz das experiências mexicana e argentina. Os objetivos específicos são:

- a) recuperar os conceitos de reciprocidade, princípio da reciprocidade e discutir a noção de diplomacia de vistos;
- b) discutir, brevemente, o histórico de leis de migração nos países de interesse do estudo;
- c) apresentar e avaliar dados de fluxo e gastos de turistas antes e após os programas de isenção de visto adotados nos respectivos países;
- d) avaliar fatores determinantes do fluxo do turismo, além da isenção de visto.

Assim, o trabalho está dividido em cinco seções, além desta Introdução. Na Seção 2, apresenta-se a fundamentação teórica para a análise pretendida. Na Seção 3, são apresentados aspectos da metodologia de pesquisa adotada. A quarta seção descreve, brevemente, o histórico de programas de isenção de vistos de turismo dos países de interesse. Na quinta, são apresentados resultados observados para a Argentina e México e resultados esperados para o Brasil. Por último, são apresentadas considerações finais.

2. A RECIPROCIDADE ENTRE PAÍSES E OS JOGOS UNILATERAIS

Em um mundo com interações internacionais crescentes, o estudo do princípio da reciprocidade merece ser analisado. A palavra reciprocidade vem do latim, *reciprocitas*, e significa caráter do que é recíproco, mútuo (RECIPROCIDADE..., 2008-2020).

O princípio da reciprocidade é previsto no Direito Internacional Público, no que diz respeito às relações diplomáticas e consulares. Segundo Mello (2000), o princípio da reciprocidade não é algo novo e é encontrado em tratados que datam dos séculos XII e XIII. Para Porto (2010), a reciprocidade já aparece nos escritos bíblicos como regra de conduta e sanção do homem, que deve ser bom e justo.

Mello (2000) define a reciprocidade por identidade, prestações idênticas e por equivalência, ou seja, prestações diferentes, mas de valor comparável. Mello (2000) menciona a definição de Virally (1967) sobre reciprocidade real e reciprocidade formal. Na primeira, o objeto da prestação é individualizado. Na segunda, o objeto é abstrato e constituído por promessas, havendo uma identidade de prestações.

Segundo Friedrich (2004), a doutrina das relações internacionais distingue quatro situações para a reciprocidade:

- a) reciprocidade internacional em *stricto sensu*;
- b) reciprocidade internacional de fato;
- c) reciprocidade em certos atos unilaterais internacionais;
- d) a declaração de reciprocidade.

A reciprocidade internacional em *stricto sensu* ocorre quando o princípio está expresso em acordos ou tratados internacionais. Um exemplo disso é a Convenção de Viena de 1961 sobre Relações Diplomáticas, nos Artigos 22 e 47³, e a Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 1963, no artigo 24 do item 1.

Na situação de reciprocidade internacional de fato, o princípio não está expressamente escrito em alguma cláusula, mas os Estados condicionam suas condutas a um dado fato.

² “Art. 2º O estabelecimento de relações diplomáticas entre Estados e o envio de Missões diplomáticas permanentes efetua-se por consentimento mútuo.”

³ “Art. 47º [...] b) o fato de os Estados em virtude de costume ou convênio se concederem reciprocamente um tratamento mais favorável do que o questionado pelas disposições da presente Convenção.”

⁴ “Art. 2º 1. O estabelecimento de relações consulares entre Estados far-se-á por consentimento mútuo.”

Friedrich (2004) utiliza o exemplo do tratamento dos prisioneiros em guerra e a questão da extradição.

No caso da reciprocidade em certos atos unilaterais internacionais, para que o Estado possa se submeter a uma jurisdição de tribunais internacionais, ele exige os mesmos termos para a outra parte.

Por fim, a situação de declaração de reciprocidade refere-se ao caso de um Estado manifestar unilateralmente a outros Estados que tomou uma medida benéfica para todos, que só valerá, no entanto, caso os outros Estados sejam recíprocos.

Para Keohane (1986), a reciprocidade refere-se a trocas com valores aproximadamente recíprocos em que as ações de uma parte dependem de ações prévias da outra, de forma que o bem é devolvido por bem, e o mal, por mal. Em outras palavras, essas trocas são frequentemente, mas não necessariamente, mutuamente benéficas; podem basear-se no interesse próprio, bem como em conceitos compartilhados de direitos e obrigações; e o valor do que é trocado pode ou não ser comparável.

Keohane (1986) também definiu a reciprocidade em específica ou difusa, que Vigevani, Mendonça e Lima (2018) descreveram da seguinte maneira: na específica, existe uma troca ou sequência de movimentos que se equivalem de forma precisa, em outras palavras, reciprocidade agressiva. Na difusa, de forma mais ampla, existe espaço para abertura assimétrica e troca ou sequência de movimentos que não são precisamente iguais, mas que são ações condicionantes para se avançar a um determinado fim. Nesse sentido, segundo Porto (2010), o agente pode cooperar não por esperar algo em troca, na base da reciprocidade na mesma operação, mas esperando algum retorno recíproco no futuro.

De acordo com o conceito de reciprocidade de Smith [2002?], presente na Enciclopédia da Política Externa Americana, a reciprocidade pode ser aberta ou fechada. As relações de abertura recíproca significam que ambos os países estão dispostos a acordos iguais que garantem os mesmos benefícios. As relações de reciprocidade fechada significam que os países igualmente aplicam restrições na mesma medida um ao outro.

Apesar de, segundo Feitosa Neto e Lima (2016), a reciprocidade ser um princípio basilar no Direito Internacional, existem outras estratégias. Parisi e Ghei (2003), baseando-se na Teoria dos Jogos, ramo da Matemática, trazem o conceito de Jogos Unilaterais, situação em que a reciprocidade não é preferível. Nesse jogo, são três estratégias possíveis:

- I - cooperação total;
- II - cooperação parcial;
- III - nenhuma cooperação.

No caso, cada participante tem sua estratégia dominante, que será aplicada independentemente da estratégia do outro participante e, em uma situação sem reciprocidade, o *payoff* (ganhos) do jogador A (Figura 1) será sempre maior quando ele escolher a estratégia I. Já para o jogador B, a estratégia III será sempre melhor.

Já a situação de restrição de reciprocidade (Figura 2) é indesejável, pois os ganhos seriam maiores sem ela. Essa estratégia é comumente utilizada na liberação do comércio internacional, em que países com menor poder comercial se beneficiariam mais ao reduzir tarifas.

Kume (2018), inclusive, trata da estratégia dos jogos unilaterais no caso do comércio internacional brasileiro, quando discute a política tarifária do País, analisando o período de 1988 a 2016. O autor conclui que as tarifas aduaneiras são excessivamente elevadas e que uma reforma se faz necessária para torná-las mais compatíveis com os padrões mundiais. Precisamente, afirma que a adoção do princípio da reciprocidade na política comercial brasileira desde 1995 não alcançou resultados importantes e recomenda uma redução unilateral das tarifas.

Figura 1 – *Payoffs* em Jogos Unilaterais sem restrição de reciprocidade

	I	II	III
I	4, 2	3, 4	2, 6
II	3, 1	2, 2	1, 4
III	2, 0	1, 1	0, 3

Fonte: Parisi e Ghei (2003).

Figura 2 – *Payoffs* em Jogos Unilaterais com restrição de reciprocidade

	I	II	III
I	4, 2	3, 4	2, 6
II	3, 1	2, 2	1, 4
III	2, 0	1, 1	0, 3

Fonte: Parisi e Ghei (2003).

Ainda sobre a estratégia unilateral, em março de 2019, o governo brasileiro isentou, através do Decreto nº 9.731 de 16 de março de 2019, alguns países do visto de turismo, entre eles os Estados Unidos da América, permitindo a entrada e a permanência no País por certo período sem exigir a reciprocidade (BRASÍLIA, [2019]). Segundo o Ministério de Turismo (2019), trata-se de demanda antiga da cadeia produtiva do setor de turismo, e que amplia a geração de divisas e de empregos para o País (BRASIL, 2015).

Destaque-se que essa medida já havia sido tomada, em 2016, em caráter temporário, quando o governo isentou os EUA, Japão, Canadá e Austrália do visto de turismo pelo período dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro (BRASIL, 2015).

2.1 A diplomacia dos vistos

Para discutir a política de isenção de vistos, faz-se necessária a compreensão da chamada diplomacia de vistos. No caso brasileiro, segundo a Lei de Migração Nº 13.445 de 2017, o visto é o documento que dá a seu titular a expectativa de ingresso em território nacional. Ele é concedido por embaixadas, consulados-gerais, consulados e por outros órgãos competentes do Poder Executivo do Brasil no exterior. O artigo 8º da Lei de Migração prevê que poderão ser cobrados taxas e emolumentos consulares pelo processamento do visto (BRASIL, 2017).

Na subseção II da Lei de Migração, estão descritos os cinco os tipos de vistos concedidos pelo País:

- I – de visita;
- II – temporário;
- III – diplomático;
- IV – oficial;
- V – de cortesia.

O visto de visita é aquele concedido ao indivíduo que vem para o Brasil sem a intenção de se tornar residente. Seu objetivo é apenas uma estadia de curta duração. Esse visto é subdividido em cinco categorias:

- I – turismo;
- II– negócios;
- III – trânsito;
- IV– atividades artísticas ou desportivas;
- V– outras hipóteses definidas em regulamento.

Nessa perspectiva, no presente estudo, aborda-se apenas o visto de turismo.

Stringer (2004) ressalta que a concessão de vistos está relacionada com a restrição ou facilitação do turismo, mas também do comércio entre países, a depender do clima das relações entre eles, podendo simbolizar mudanças na política externa, tanto para maior cooperação quanto para demonstração de descontentamento.

Ainda segundo o autor, os serviços consulares são divididos em duas áreas:

- a) de assistência a cidadãos que estão fora do país;

- b) de emissão de vistos para estrangeiros qualificados que buscam entrar no país representado.

Essa segunda área, de emissão de vistos, influencia a forma como o país é visto internacionalmente e é um dos instrumentos de política externa. Stringer (2004) afirma que esse elemento consular da diplomacia nacional tem papel essencial e que seu uso pode ser mais oportuno diplomaticamente do que outras ferramentas, embora seja subestimado, esquecido e pouco estudado nas relações internacionais.

Em outras palavras, a política de vistos de um país em relação a outro traz impactos tanto simbólicos como econômicos. Um exemplo disso foi quando o visto americano de um boxeador da África do Sul foi negado durante a era do *apartheid*. O Ministro das Relações Exteriores da África do Sul ligou para a secretaria dos EUA para dizer que, caso o visto não fosse reconsiderado, as consequências afetariam as negociações existentes com a Namíbia (STRINGER, 2004).

Ressalta-se ainda que, no presente trabalho, os possíveis impactos econômicos do visto para fins de turismo são abordados.

3. METODOLOGIA

Este trabalho é de abordagem qualitativa, descritiva, bibliográfica e também um estudo de campo. O período estudado foi de 1999 a 2018.

Tem por objetivo discutir os prováveis benefícios econômicos da isenção unilateral pelo Brasil de vistos de turismo para cidadãos americanos à luz das experiências mexicana e argentina. Os casos do México e da Argentina foram escolhidos como referência por serem países socioeconomicamente semelhantes ao Brasil e por já haverem adotado a medida de isenção unilateral.

As principais fontes de informações e dados foram as leis brasileiras que tratam de reciprocidade e isenção unilateral, a Constituição Federal, o Ministério de Relações Exteriores (MRE) e o Ministério do Turismo (MTur).

Destaque-se também o uso de trabalhos de autores renomados como Robert Keohane, professor de Assuntos Internacionais e PhD pela Universidade de Harvard, Kevin Stringer, PhD em História e Segurança Internacional, e Celso D. Mello, jurista e magistrado brasileiro.

Foram levantados dados juntamente ao Departamento de Comércio dos EUA por meio do Escritório Nacional de Viagens e Turismo, na pessoa de John Terpening, responsável por

pesquisas e análises. Contatos foram feitos por e-mail, visto que os dados de interesse da pesquisa não se encontravam on-line. Os dados obtidos com essa fonte foram dados de fluxo de turistas e valores em dólares gastos por estes.

Também foram levantados dados dos sites da Secretaria de Turismo do México (SECTUR), a Subsecretaria de Turismo da província de Buenos Aires e do Governo Federal brasileiro para se obter informações sobre efeitos sociais e econômicos.

Fez-se uma comparação do fluxo e dos gastos de turistas antes e após a medida de isenção nos casos do México e Argentina. Pretendeu-se recolher esses dados em um período de 5 anos anteriores à mudança da lei e 5 anos posteriores a esta. Foram obtidos conjuntos completos de dados da relação EUA-México e, no caso EUA-Argentina, de 3 anos anteriores à mudança e de 5 anos após. Não foi apresentada uma justificativa sobre a falta de dados no caso da Argentina.

Pelo fato de a isenção unilateral de visto ser uma medida brasileira recente (início de 2019), o estudo ficou limitado a escassez de informações e de estudos brasileiros.

4. PROGRAMAS DE ISENÇÃO DE VISTO DE TURISMO PARA OS EUA: BREVE HISTÓRICO DO BRASIL, MÉXICO E ARGENTINA

4.1 A relação Brasil-EUA

A desburocratização da entrada de turistas no Brasil é um debate de vários anos⁵. São duas visões contrastantes: uma a favor da isenção unilateral de vistos e outra a favor da preservação do princípio da reciprocidade.

A relação entre o Brasil e os EUA, nesse contexto, pode ser estudada desde 1953, oportunidade em que se tentava isentar países americanos do visto de turista⁶. O cenário político e governamental nessa época era o do pós-guerra (1945), em que foram relaxadas as restrições à imigração com vistas a melhorar a indústria e a colonização agrícola. Porém, durante as décadas de 1960 a 1980, o fluxo de migração para o Brasil era decrescente (RAMOS; DIAS; KAWAI, 2015)

⁵ Para Fontes (1953), em matéria de turismo, há duas políticas, e deve-se optar por aquela que permitir, facilitar e incentivar a entrada de estrangeiros no Brasil.

⁶ Para maior compreensão, consultar Projeto de Lei nº 224 de 1953, disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/57545>>.

As alterações na Lei do Estrangeiro no Brasil no decorrer do tempo revelam uma constante disputa entre a permanência e o afastamento do princípio da reciprocidade. Um exemplo claro pode ser visto no Projeto de Lei (PL) da Câmara Nº 224 de 1953, que pretendia isentar os EUA do visto. Por um lado, o então Senador João Villasboas, contrário à isenção unilateral, apresentou em Plenário uma emenda ao Projeto estabelecendo que a concessão teria que ser feita mediante tratamento igual.

Por sua vez, o então Senador Lourival Fontes, a favor, justificou o projeto de lei dizendo que o objetivo era remover um entrave ao desenvolvimento do turismo, medida esta que já teria sido adotada por outras nações e alcançado resultados econômicos positivos. Por oportuno, vale destacar os dados do Departamento de Comércio dos Estados Unidos apresentados no parecer do senador:

Segundo dados do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, a estimativa das despesas de cidadãos americanos no estrangeiro em 1951 é de 733 milhões de dólares, sendo maior que a de 1950, de 727 milhões.

No Canadá, turistas americanos gastaram, em 1950, 261 milhões de dólares, atingindo 262 milhões em 1951; no México, em 1950, entraram, através do turismo, 145 milhões de dólares; em 1951, 157 milhões; em 1952, essas cifras elevaram-se, respectivamente, 113 milhões (Canadá) e 186 milhões (México).

Na América do Sul entrou apenas a importância de 22 milhões em 1950 e 25 milhões em 1951 (SENADO FEDERAL, 1955, p. 1406).

Ainda segundo o senador,

“não se trata[va], no caso, de depender o princípio da reciprocidade, aspecto que foge ao espírito do Projeto. Trata[va]-se de uma providência «vantajosa aos interesses nacionais», conforme as manifestou o Ministério das Relações Exteriores (MRE), solicitado pela Câmara dos Deputados, uma vez que o que se pretend[ia] era facilitar a entrada de estrangeiros no Brasil.” (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 1953).

A emenda do Senador João Villasboas foi vetada, e ficou aprovada a Lei Nº 2.526, de 5 de julho de 1955, que isentava países americanos do visto brasileiro, entre eles os Estados Unidos da América (Quadro 1).

Quadro 1 - Histórico da Lei de Estrangeiros no Brasil: vistos e relação de reciprocidade ou dispensa unilateral (continua)

Data	Instrumento	Artigos selecionados¹	Situação atual
5 jul. 1955	Lei Nº 2.526	Art. 1º – Poderá ser dispensada a exigência de visto consular, previsto na letra a do parágrafo único do art. 7º do Decreto-lei Nº 7.967, de 18 de setembro de 1945, aos turistas, cidadãos de países americanos, que pretendam permanecer em território nacional pelo prazo de 30 (trinta) dias.	Revogado pelo Decreto-Lei Nº 941 de 1969.
19 ago. 1980	Lei Nº 6.815	Art. 9º § 1º O visto de turista poderá, alternativamente, ser solicitado e emitido por meio eletrônico, conforme regulamento. Art. 10 Poderá ser estabelecida a dispensa recíproca do visto de turista e dos vistos temporários a que se referem os incisos II e III do caput do art. 13, observados prazos de estada definidos nesta Lei. (Redação dada pela Lei Nº 12.968, de 2014) Parágrafo único. A dispensa de vistos a que se refere o caput deste artigo será concedida mediante acordo internacional, salvo, a juízo do Ministério das Relações Exteriores, aos nacionais de país que assegure a reciprocidade de tratamento aos nacionais brasileiros, situação em que a dispensa poderá ser concedida, enquanto durar essa reciprocidade, mediante comunicação diplomática, sem a necessidade de acordo internacional.	Revogado pela Lei Nº 13.445 de 2017
05 nov. 2003	Projeto de Lei Nº 2.430	Altera a redação do Art. 10 da Lei Nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. “Art. 10. Será dispensada a exigência do visto previsto no inciso II do art. 4º desta lei, ao turista nacional de país que dispense ao brasileiro idêntico tratamento, bem como ao nacional dos Estados Unidos da América.”	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)
14 fev. 2007	Projeto de Lei Nº 178	Acrescenta Parágrafo Único ao Art. 9º da Lei Nº 6.815/80: “Parágrafo Único – O visto de turista ainda poderá ser concedido através das representações diplomáticas brasileiras no exterior, bem como, por ocasião da entrada no território nacional, ao estrangeiro natural dos Estados Unidos da América, do Canadá, do México, do Japão, da Austrália e da Nova Zelândia, podendo o Poder Executivo, por ato próprio, estender essa faculdade para naturais de outros países, a fim de fortalecer o turismo receptivo brasileiro.”	PL Arquivado

Quadro 1 - Histórico da Lei de Estrangeiros no Brasil: vistos e relação de reciprocidade ou dispensa unilateral (conclusão)

Data	Instrumento	Artigos selecionados¹	Situação atual
19 mar. 2008	Projeto de Lei No. 3.059	§ 1º O visto poderá ser obtido no país de origem do estrangeiro ou em solo brasileiro quando requerido por meio eletrônico, respeitadas as exigências contidas neste artigo e em regulamentação específica.	Aprovado, Lei Nº 12.968, de 6 de maio de 2014
24 nov. 2015	Lei No. 13.193	Art. 2º A Lei Nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 , passa a vigorar acrescida do Art. 130-A: Art. 130-A . Tendo em vista os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, a serem realizados na cidade do Rio de Janeiro, Rio 2016, a portaria conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores, da Justiça e do Turismo poderá dispor sobre a dispensa unilateral da exigência de visto de turismo previsto nesta Lei para os nacionais de países nela especificados que venham a entrar em território nacional até a data de 18 de setembro de 2016, com prazo de estada de até noventa dias, improrrogáveis, a contar da data da primeira entrada em território nacional. Parágrafo único. A dispensa unilateral prevista no caput não estará condicionada à comprovação de aquisição de ingressos para assistir a qualquer evento das modalidades desportivas dos Jogos Rio 2016.	Lei Nº 6.815 de 19 de agosto de 1980 Revogada
24 maio 2017	Lei No. 13.445	Art. 9º Regulamento disporá sobre: IV - hipóteses e condições de dispensa recíproca ou unilateral de visto e de taxas e emolumentos consulares por seu processamento; [...]	Vigente
16 mar. 2019 ²	Decreto No. 9.731	Art. 1º Fica dispensado, de forma unilateral, visto de visita, nos termos do disposto no Art. 9º, caput , inciso IV, da Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017, para os solicitantes nacionais: I - da Comunidade da Austrália; II - do Canadá; III - dos Estados Unidos da América; e IV - do Japão.	Vigente

Fonte: Câmara dos Deputados. Elabora própria.

¹ Texto reproduzido na íntegra. ² Dispensou visto de visita “para fins de turismo, negócios, trânsito, realização de atividades artísticas ou desportivas ou em situações excepcionais por interesse nacional”. Neste trabalho, discute-se o visto para fins de turismo.

Entre as décadas de 1960 e 1980, o fluxo migratório apresentou pouca relevância, e o governo brasileiro buscava a autossuficiência. Foi então que, em agosto de 1980, a Lei Nº 6.815, que regulamentava a situação dos estrangeiros no Brasil, foi criada. Nela, já não havia mais previsões de dispensas unilaterais para qualquer país, incluindo os EUA. Países que desejassem a dispensa de vistos teriam que assegurar aos brasileiros o mesmo tratamento (RAMOS; DIAS; KAWAI, 2015).

Nos anos seguintes, o Ministério do Turismo e alguns políticos pleiteavam o afastamento da reciprocidade adotado pelo Ministério das Relações Exteriores. Em 2003, foi criado um projeto de lei, PL Nº 2.430, que, novamente, buscava isentar os Estados Unidos da América do visto. O projeto foi justificado pelo fato de os EUA terem sido, possivelmente, um dos maiores consumidores das atrações turísticas do Brasil à época, respondendo por 20% da receita turística internacional em 2002 (BRASIL, 2003). Era defendido que a burocratização da obtenção de vistos e o fato de só existirem consulados brasileiros em sete cidades norte-americanas eram entraves para os que desejavam vir ao Brasil.

Quatro anos após a apresentação do PL Nº 2430/2003, representantes do setor de turismo, como Eraldo Alves da Cruz, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, reuniram-se com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, para pedir a aprovação da isenção. Eles afirmavam que a dispensa de visto geraria mais 5 bilhões de dólares para a economia brasileira em um ano, já que os turistas não teriam que pagar cerca de US\$ 140 por pessoa para obter o documento, o que tornaria o Brasil um destino mais atraente. Inclusive, destacavam que, de cinco milhões de turistas que viajavam para a América Latina, apenas 730 mil vinham ao Brasil. Apesar dessa tentativa do setor turístico, o Itamaraty seguia defendendo a reciprocidade (MONTENEGRO, 2007).

Mais adiante, em 2008, durante uma audiência pública na Comissão de Turismo e Desporto, diretores, chefes e políticos discutiram novamente a questão da isenção unilateral de vistos e o PL Nº 2430/2003. Luciano Pestana Barbosa, Diretor do Departamento de Estrangeiro do Ministério da Justiça, chegou a afirmar que não via “como enfraquecer o princípio da reciprocidade, que está ligado com a soberania. Somos a favor de acordos internacionais que permitam o ingresso de brasileiros em outros países como de nacionais desses países aqui no Brasil”(BRASIL, 2008).

O PL Nº 2430 tinha sido aprovado pelas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição e Justiça, e estava pronto para votação no Plenário (FERNANDES, 2008). Mesmo assim, a defesa do tratamento recíproco continuava por parte do Itamaraty.

Mitzi Gurgel Valente da Costa, diretora do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos do MRE, afirmava que o Itamaraty era contra o afastamento da reciprocidade e que o Brasil não teria estruturas para emitir vistos nos aeroportos, referindo-se ao PL 178-07⁷, que previa que o visto poderia ser concedido a cidadãos dos Estados Unidos, Canadá, México, Japão, Austrália e Nova Zelândia no momento em que se entrasse no país.

Ela defendia que o motivo para o baixo fluxo de americanos no Brasil não se dava pela burocracia em se obter um visto, mas sim pela imagem do País no exterior. O Chefe de Gabinete do Ministério do Turismo, Carlos Alberto Silva, rebateu, afirmando que o custo com a emissão de visto pesava, sim, na decisão do turista de vir ao Brasil.

O deputado Edinho Bez (PMDB-SC), por sua vez, também afirmava que os custos poderiam desmotivar famílias, principalmente, se estas fossem grandes. Ao mesmo tempo, Bez se preocupava com a rigidez em se obter o visto americano (FERNANDES, 2008).

Diante das resistências com relação ao PL N° 2430/03, que até a presente data não foi discutido na Plenária, outro projeto de lei, PL N° 3059/08⁸, foi apresentado visando flexibilizar a concessão do visto por meio da internet.

A justificativa, segundo Eduardo Cadoca, era que “é preciso reduzir a burocracia e as dificuldades enfrentadas pelos estrangeiros que desejam visitar nosso país. O turismo é um segmento de grande peso, gerador de renda e de empregos e que está em franca expansão”.

Ele afirmou também que somente sete cidades nos EUA e a embaixada podem conceder vistos, e que o Brasil estaria perdendo turistas para o México, Caribe, Argentina e Chile (BRASIL, 2007).

O deputado Afonso Hamm, presidente da Comissão de Turismo, apoiava o projeto, destacando sua importância devido ao fato de que o Brasil estava se preparando para sediar a Copa do Mundo em 2014. O Projeto N° 3059/08 foi aprovado, sendo acrescentado à Lei N° 6.815 de 1980 pela Lei N° 12.968, de 6 de maio de 2014 (LUGULLO, 2009).

Após a Copa do Mundo em 2014, o Brasil preparava-se para sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016. Nessa ocasião, a Lei N° 13.193 de 2015 (BRASIL, 2015), permitiu a dispensa unilateral temporária para estrangeiros que entrassem no País até o dia 18 de setembro de 2016. Nesse período, o Brasil isentou temporariamente os EUA, Japão, Canadá e Austrália

⁷ Para maior compreensão, acessar o Projeto de Lei No. 178 de 2007, disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=340863>>.

⁸ Para maior compreensão, acessar o Projeto de Lei No. 3059 de 2008, disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?codDiario=18884&paginaDireta=00032#diario>>.

do visto de turista através da Portaria Conjunta N° 216, de 24 de dezembro de 2015, que dizia em seu Art. 1º:

Fica instituída, no período de 1º de junho a 18 de setembro de 2016, a dispensa unilateral da exigência de visto para os nacionais da Comunidade da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos da América e do Japão que venham ao Brasil exclusivamente para fins de turismo (BRASIL, 2015).

As últimas alterações na lei que regulamenta a situação do estrangeiro no Brasil foram recentes. Em 2017, foi criada a Lei N° 13.445 que substituiu a Lei N° 6815 de 1980, trazendo em seu Art. 9º a seguinte disposição: “Art. 9º Regulamento disporá sobre: IV - hipóteses e condições de dispensa recíproca ou unilateral de visto e de taxas e emolumentos consulares por seu processamento;”.

Além disso, o MRE mostrou mudanças em seu posicionamento histórico de defender a reciprocidade. Segundo o ministro de segunda classe, Fábio Marzano, secretário de Assuntos Nacionais e Soberania do Ministério das Relações Exteriores, “a liberação dos vistos atende aos interesses do setor turístico e gerará benefícios econômicos para o Brasil.” Ele afirmou ainda que o Itamaraty considerava estender a dispensa para outros países que não trouxessem problemas para o Brasil (FELLET, 2019).

Foi por meio da inclusão da hipótese de dispensa unilateral no Artigo 9º que o governo atual pôde, pelo Decreto 9731 de 2019, isentar de vez os mesmos quatro países que haviam sido isentados temporariamente em 2016. O presidente Bolsonaro disse, em entrevista coletiva, em Washington, em março de 2019, “Ah, o visto, olha só, a gente não vê nenhum americano indo para o Brasil para ganhar estabilidade via CLT, buscar emprego lá. O contrário, para cá, existe, mesmo não havendo qualquer garantia. Então, há uma diferença” (BOLSONARO, 2019).

Para o Presidente, o Brasil ganharia muito no setor turístico com essa decisão, e alguém precisava dar o primeiro passo.

Apesar de maior apoio por parte do MRE, a isenção unilateral ainda causa desconforto. Dois projetos de decreto foram criados e estão em tramitação, em tentativa de sustar o Decreto 9731 do presidente Bolsonaro (o PDL 68-2019⁹, do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), e o PDL 61-2019¹⁰, do deputado Ivan Valente (SP) e outros parlamentares do PSOL).

O senador Randolfe Rodrigues criticou a escolha do Itamaraty, afirmando que a medida teria sido um pretexto para agradar aos EUA. Em suas palavras: “Me parece que Austrália, Canadá e Japão só entraram de contrabando aí, para justificar a subserviência do governo

⁹ Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135811>>.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2194308>>.

brasileiro, do presidente da República, não ao governo norte-americano, mas em especial ao senhor Donald Trump” (SENADO, 2019).

Já para os parlamentares do PSOL, a medida enfraquece o poder de negociação do Brasil no que diz respeito às exigências impostas a brasileiros para a concessão de vistos, já que não se exige gesto idêntico dos países favorecidos.

Para o Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, a isenção trará benefícios econômicos para o Brasil. Segundo ele: “É um pouco cedo para fazer essa análise, mas se a instituição do visto eletrônico aumentou em 35% o pedido do visto, acredito que a isenção dos vistos para esses mesmos quatro países pode injetar talvez R\$ 2 bilhões, R\$ 3 bilhões por ano” (AGOSTINE, 2019).

O Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, apresentou pensamento semelhante quando afirmou em entrevista à Rádio Gaúcha que: “No momento, queremos fazer esse caminho de lá para cá, em benefício de nosso mercado de turismo. A isenção de visto para esses quatro países pode gerar uma receita adicional de vários bilhões de reais”.

Ele afirmou também que o governo brasileiro se preparava para negociar o fim do visto para cidadãos brasileiros. Também, defendeu que os brasileiros estão entre os turistas que mais gastam nos EUA, fato que poderia ajudar na negociação (OLIVEIRA, 2019). Ressalte-se que o Brasil está sendo analisado para participar do programa americano de isenção de vistos¹¹ descrito na subseção seguinte.

4.1.1 O programa americano de isenção de vistos

O *Visa Waiver Program* (VWP) é o programa norte-americano de isenção de vistos, criado em 1986. Até 2019, contava com trinta e oito países isentos reciprocamente. Seu objetivo é facilitar a entrada de estrangeiros para estimular e expandir a economia dos EUA.

São sete os principais requisitos para que um país possa se tornar beneficiário, a saber (SECURITY, 2016):

- a) ter o percentual de negação dos vistos de visitante em menos de 3%, ou percentual médio mais baixo nos últimos dois anos fiscais;
- b) receber seus cidadãos em até três semanas após estes serem removidos (deportados) dos EUA;

¹¹ Segundo o ESTA, Electronic System for Travel Authorization, disponível em: <<https://www.official-esta.com/visa-waiver-program/esta-for-brazilian-citizens>>.

- c) entrar em acordo para dar informações aos EUA sobre passaportes perdidos ou roubados por meio do INTERPOL ou outro veículo designado;
- d) entrar em acordo com os EUA para dar informações sobre terrorismo e outras informações criminais;
- e) emitir passaportes eletrônicos, com identificação biométrica;
- f) ser submetido a uma avaliação pelo Departamento de Segurança (DHS) sobre os efeitos de segurança, cumprimento de leis, leis de imigração, que o país terá sobre os EUA;
- g) ser submetido, em conjunto com a avaliação pelo DHS, a uma avaliação de inteligência independente produzida pelo Escritório de Inteligência e Análise do DHS.

Em 2012, os presidentes Barack Obama e Dilma Rousseff reuniram-se em Washington para discutir a possível dispensa recíproca de vistos. Em um Comunicado Conjunto, foi registrado que:

Os Presidentes revisaram a implementação de medidas para facilitar o fluxo de turistas e executivos entre os dois países. Comprometeram-se a trabalhar em estreita colaboração para atender aos requisitos do Programa de Dispensa de Vistos dos Estados Unidos e da legislação brasileira aplicável, de maneira a possibilitar que cidadãos dos EUA e do Brasil viagem entre os dois países sem necessitar de visto (MRE, 2012, Nota 88).

Na ocasião, também se discutiu o programa-piloto *Global Entry*¹², que daria uma entrada mais rápida no território norte-americano aos estrangeiros cujo país fizesse parte do acordo. Se o Brasil, por exemplo, entrasse para esse Programa, um brasileiro não precisaria passar pela imigração americana como os demais turistas. Ao invés disso, passaria por um quiosque no qual só seria necessário escanear o passaporte, colocar as digitais e fazer declaração de alfândega.

De acordo com a diplomata norte-americana, Katie Caro, o Brasil não preenchia, em 2012, três dos principais requisitos para aderir ao programa. A aprovação no sistema atual era de 96%, precisando ser de 97%. Os passaportes deveriam ser digitais, algo ainda em implantação na época, e a troca de informações com o governo americano ainda não estava no nível esperado (CARO, 2012).

¹² Para maior informação, acessar: <https://help.cbp.gov/app/answers/detail/a_id/1035/~/global-entry-program---who-can-apply>.

Em 2015, durante outro encontro entre os presidentes Barack Obama e Dilma Rousseff, o Comunicado Conjunto¹³, de 20 de junho, registrou que:

[...] os Presidentes comprometeram-se a trabalhar conjuntamente para que se cumpram os requisitos tanto do Programa de Dispensa de Vistos dos Estados Unidos quanto da legislação brasileira correspondente, de modo a permitir viagens sem vistos de cidadãos brasileiros e norte-americanos entre os dois países (MRE, 2015, Nota 258).

Comunicado esse similar ao de 2012. Assim, até o fechamento deste trabalho, o Brasil não faz parte do VWP ou do Global Entry.

Por sua vez, os Estados Unidos têm interesse em aceitar o Brasil no programa de dispensa, visto que o turista brasileiro está entre os que mais gastam no País¹⁴. O presidente da Associação de Viagens dos EUA, Roger Dow, disse, durante a feira comercial IPW¹⁵ de 2019, que os EUA querem o Brasil no programa o mais rápido possível.

Segundo Roger Dow, “o Brasil recentemente isentou os EUA. Nossas portas estão abertas para fazer com que isso [isenção] aconteça. Tem que acontecer dos dois lados” (SANTIAGO; COROMINA, 2019).

E para o presidente Bolsonaro, “Trump sinalizou a possibilidade de começar a abrir a isenção de vistos para alguns grupos de brasileiros através do programa Global Entry” (VILELA, 2019).

4.2 A relação México-EUA

No México, são duas as principais leis mais recentes que tratam de regulamentar a situação dos imigrantes. A *Ley General de Población*, de 1974¹⁶, e a *Ley de Migración*, de 2011¹⁷.

A *Ley General de Población* não trazia a possibilidade de isenção unilateral, como prevê seu Artigo 13, “os nacionais e estrangeiros que entrarem ou saírem do país devem cumprir os requisitos exigidos por esta lei, seus regulamentos e outras disposições aplicáveis”, e seu Artigo

¹³ Comunicado Conjunto da Presidenta Dilma Rousseff e do Presidente Barack Obama, Washington, 30 de junho de 2015, disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/10390-comunicado-conjunto-da-presidenta-dilma-rousseff-e-do-presidente-barack-obama-washington-30-de-junho-de-2015>>.

¹⁴ O Brasil ficou em 7º lugar em 2018 entre os que mais visitam e gastam nos EUA, de acordo com o Departamento de Comércio daquele país, segundo o *National Travel and Tourism Office*, disponível em: <https://travel.trade.gov/outreachpages/download_data_table/Fast_Facts_2018.pdf>.

¹⁵ IPW, feira comercial, disponível em: <<https://www.ipw.com/about-ipw>>.

¹⁶ Diário Oficial dos Estados Unidos Mexicano, 7 de janeiro de 1974, disponível em: <http://imumi.org/attachments/Ley_General_de_Poblacion_1974.pdf>.

¹⁷ Secretaría de Gobernación, disponível em: <http://www.gobernacion.gob.mx/es_mx/SEGOB/Ley_de_Migracion_UPM>.

37, “a Secretaria de Governação pode negar aos estrangeiros a entrada no país ou a mudança de qualidade ou característica migratória por qualquer das seguintes razões, quando: [...] I - Não exista reciprocidade internacional” (MÉXICO, 1974).

Foi a Lei de Migração de 2011 que previu a dispensa do visto sem exigência de reciprocidade e beneficiou, entre outros países, os Estados Unidos da América. Seu Artigo 37 aponta: “III. Estrangeiros que estão em um dos seguintes casos não precisam de visto: a) Nacionais de países com os quais tenha sido assinado um acordo de supressão de vistos ou requerer um visto sob uma decisão unilateral tomada pelo Estado mexicano” (MIGRACIÓN, 2016).

O México e os Estados Unidos são países vizinhos e dividem uma fronteira de aproximadamente 1.130 quilômetros. Desde os atentados às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, a fiscalização nas fronteiras tem se intensificado (PENA, 2019).

Segundo Edvânia Costa, a ideia de um muro para impedir a imigração ilegal não é desse ou daquele presidente, mas da sociedade estadunidense, sendo reforçada pelos governos em maior ou menor grau de interesse (COSTA, 2017).

Com o atual presidente, Donald Trump, que tinha como promessa de campanha em 2016 deportar imigrantes ilegais, a briga contra ilegais tem aumentado cada vez mais nos últimos meses (BUMP, 2019).

Além dos crescentes ataques contra os ilegais, que estão sendo mantidos em centros de detenções em situação tida como precária¹⁸, Trump conseguiu aprovação da Suprema Corte para utilizar US\$ 2,5 bilhões na construção de um muro na fronteira com o México (EVERETT; ZANONA, 2019).

Diante dessa crise, políticos locais têm questionado a estratégia de política exterior do México. O deputado Juan Manuel Cavazos Balderas apresentou, inclusive, um projeto de decreto para modificar a Lei de Migração, exigindo o tratamento recíproco entre os países.

Em 2019, o México não exige visto de turista para os norte-americanos (MÉXICO, 2018).

4.3 A relação Argentina-EUA

A Argentina foi o primeiro país da América Latina a participar do programa de isenção de vistos dos Estados Unidos. Esta relação data de 1989, momento em que, em tentativa de

¹⁸ Detentos reportam desidratação, falta de comida, não poderem tomar banho e centros superlotados. Em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2018/sep/12/us-immigration-detention-facilities>>.

acabar com uma hiperinflação que fez com que seu antecessor renunciasse, o presidente da Argentina, Carlos Menem, colocou como prioridade alcançar o crescimento econômico, renegociar a dívida externa, recuperar a credibilidade do país e a capacidade de atrair capital do exterior.

Para Menem, esses objetivos poderiam ser alcançados por meio de uma aliança estratégica e econômica com países como os Estados Unidos e, assim sendo, durante seu governo, medidas foram tomadas para contemplar os interesses dos EUA como, por exemplo, a participação da Argentina na Guerra do Golfo em 1990, apesar de uma forte oposição da população. Em contrapartida, os EUA concederam privilégios à Argentina e, em 1996, incluíram o País no VWP (ALCAT, 2009).

A Argentina, por sua vez, tratou de se regularizar perante as exigências dos EUA, especialmente burocráticas. Por exemplo, era preciso informatizar o controle de imigração e confeccionar novas identidades, visto que o número de argentinos nos EUA com identidades falsas era alto. A licitação para escolher a empresa que realizaria estes serviços chegou a ser adiada seis vezes em um ano e meio, devido a conflitos entre as empresas participantes.

A Argentina foi um dos primeiros países a serem auditados pelos EUA, medida esta justificada por uma lei reguladora do VWP, de 2000, que previa uma reavaliação dos países beneficiados a cada cinco anos. A situação da Argentina perante os EUA, no período, era agravada pela crise política e econômica em que o País se encontrava: a ideia de ficar nos EUA além do prazo permitido era muito atrativa.

O presidente De la Rúa havia renunciado, várias manifestações aconteciam e o resultado era de muitos mortos e feridos. O novo presidente, Adolfo Rodríguez Súa, permaneceu por apenas um mês e, finalmente, o presidente Eduardo Duhalde foi eleito em 2002. Diante de tamanha instabilidade, a Argentina foi removida do VWP no dia 21 de fevereiro de 2002 (ALCAT, 2009).

Diante dessa notícia, a Argentina teve três opções: a) aplicar a reciprocidade estrita e voltar a exigir visto dos turistas norte-americanos; b) não tomar nenhuma medida até estudar melhor o caso; c) instaurar uma taxa de ingresso à Argentina. Com relação a isso, o então ministro José Trillo, subdiretor da Direção Geral de Assuntos Consulares do Ministério de Relações Exteriores, afirmou:

Quando o conhecimento é tomado na Chancelaria da decisão americana, a possibilidade de tomar uma medida semelhante em reciprocidade e reabastecer a exigência de visto para os cidadãos dessa nacionalidade foi levantada. Essa posição foi parcialmente descartada por razões de promoção do turismo, mas também foi levado em conta que, já na época da implementação do programa em 1995, haviam transcorridos vários anos desde que a Argentina não exigia visto como turistas. Sim,

começamos a analisar a possibilidade de estabelecer uma tarifa de renda compensatória sobre o custo do visto restaurado pelas autoridades dos Estados Unidos para cidadãos argentinos (ALCAT, 2009, p. 61).

Em 2019, turistas estadunidenses continuam sem precisar de visto para entrar na Argentina por 90 dias (STATE, 2018).

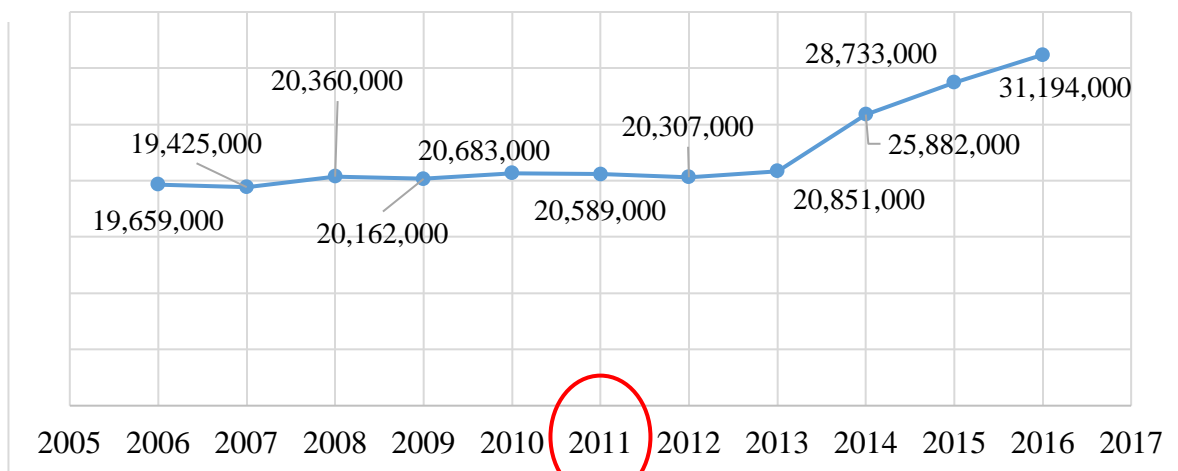
Diante do exposto, constata-se que o Brasil e o México adotaram a estratégia unilateral de isenção de vistos, enquanto a Argentina começou com uma estratégia recíproca, que não deu certo, seguindo com a estratégia unilateral. Pode-se afirmar que os três casos se encaixam na Teoria dos Jogos descrita por Parisi e Ghei (2003), em que a utilização dos Jogos Unilaterais é preferível. Nesse jogo, uma restrição de reciprocidade pode não ser a medida mais vantajosa.

5 BENEFÍCIOS ECONÔMICOS DOS PROGRAMAS

Como já anunciado, para analisar os possíveis efeitos benéficos para o Brasil da dispensa unilateral de vistos para os EUA, foi realizado um levantamento dos dados de fluxo e gastos de turistas antes e após o mesmo tipo de medida nos casos do México e Argentina. As subseções seguintes apresentam e discutem esses dados.

5.1 Resultados para o México

A mudança na lei para a dispensa unilateral de vistos no caso do México ocorreu em 2011. Apesar do debate anteriormente mencionado sobre o muro entre os EUA e o México, este continua autorizando a entrada de turistas americanos no país sem o visto de turismo, desde que seja por tempo inferior a 180 dias. O Gráfico 1 revela que, após a medida, o número de turistas tem aumentado significativamente a cada ano.

Gráfico 1 – México: fluxo de turistas americanos antes e após a isenção de visto

Fonte: Dados do Departamento de Comércio dos EUA. Elaboração própria.

Entre 2013 e 2016, o turismo para o México cresceu em cerca um terço, chegando a ser apontado como o melhor destino da América Latina pelas Revistas *New York Times* e *Travel & Leisure*.

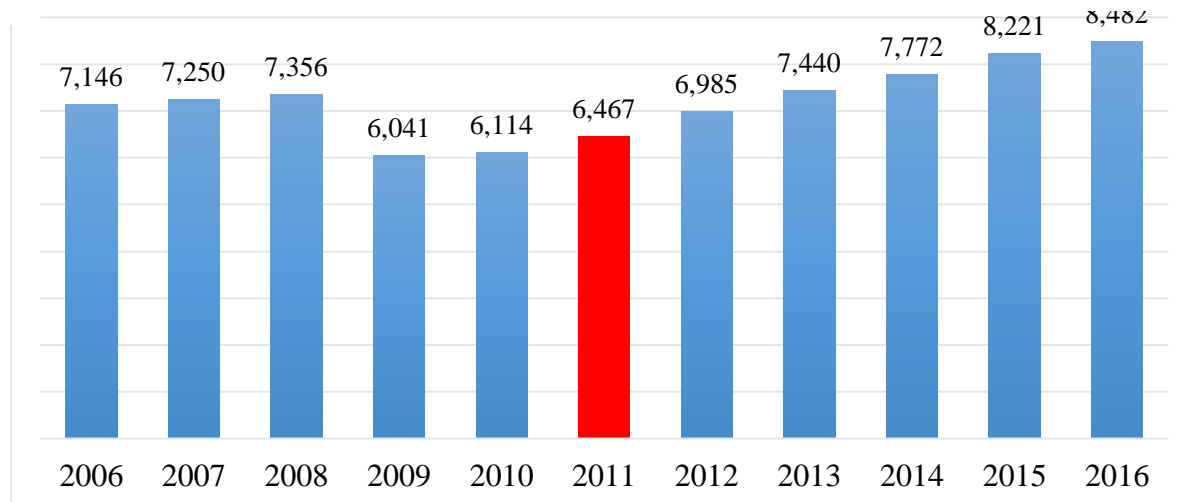
Convém observar que o Conselho de Promoção Turística do País (CPTM) decidiu, em 2016, apostar no desenvolvimento e *marketing* de produtos segmentados como turismo de luxo, mergulhos, casamentos, cultura, gastronomia, entre outros (PANROTAS, 2017).

Além dos investimentos no setor de marketing, segundo Gomes (2018), o país tem investido em sediar eventos esportivos e eventos em nível mundial, fato este que sugere que o crescimento recente do setor do turismo no País não se deve unicamente à liberação dos vistos de entrada.

O Gráfico 2 revela a tendência de aumento anual da quantidade de dólares deixada no México após a isenção unilateral. Constata-se que, dois anos após a isenção, o México já havia superado sua maior receita nos anos anteriores à medida.

Nos últimos anos, o setor de turismo mexicano registrou seu melhor desempenho na história moderna do País. Novos recordes históricos de chegada de visitantes e arrecadação de moeda estrangeiros foram registrados. Em 2017, o País foi classificado, pela primeira vez, como o sexto mais visitado no mundo, com 39,3 milhões de turistas (SECTUR, 2018).

Gráfico 2 – México: gastos de turistas americanos antes e após a dispensa de visto (US\$ milhões)



Fonte: Departamento de Comércio dos EUA. Elaboração própria.

De acordo com a Secretaria de Turismo do México (SECTUR), a atividade turística representa uma fonte de trabalho direta para 4 milhões de pessoas e indireta para 6 milhões. A mão de obra direta é contratada por hotéis, restaurantes e transportadoras, e a indireta presta para estes serviços de lavanderias, papelarias, telecomunicações etc.

No período de 2012 a 2017, o Produto Interno Bruto Turístico (PIBT) mexicano registrou um crescimento de 3% ao ano, em média, consolidando o setor como um dos principais motores da economia.

Precisamente, o turismo representava 8,2% do Produto Interno Bruto (PIB) mexicano em 2012 e passou a responder por 8,8% em 2017. A meta do País é fazer o setor alcançar 10% do PIB até 2040. A SECTUR prevê que, com a continuidade dos esforços realizados no período recente, como a facilitação da imigração, segurança nos destinos, promoção e financiamento ao setor, o PIBT deverá crescer a uma taxa acima da taxa do PIB nacional (SECTUR, 2018).

Ressalte-se que, para manter e aumentar esses resultados, o México lançou cinco objetivos a serem alcançados por meio de suas políticas públicas, a saber (SECTUR, 2018):

- a) garantir segurança nos destinos turísticos e melhorar a imagem do país;
- b) atingir o 5º lugar no ranking dos países mais visitados e o 10º com a maior arrecadação de divisas;
- c) aumentar a competitividade de seus destinos turísticos;
- d) melhorar o padrão de vida da população nas localidades turísticas;
- e) desenvolver destinos turísticos sustentáveis.

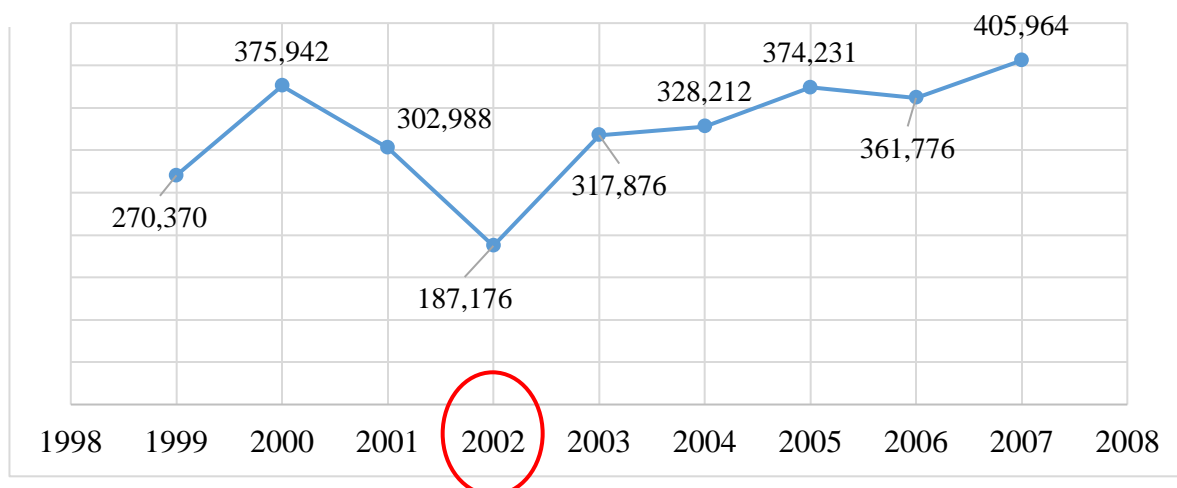
5.2 Resultados para a Argentina

Na Argentina, a dispensa unilateral iniciou-se em 2002. O fluxo de turistas norte-americanos vinha em decadência desde o ano de 2000, atingindo seu ponto mais baixo exatamente em 2002 (Gráfico 3).

Esse comportamento pode ser explicado pelo fato de ter havido atrito entre os EUA e a Argentina nesse período com relação ao *Visa Waiver Program*. A Argentina foi o primeiro país da América Latina a fazer parte do programa de dispensa de visto dos EUA, porém por apenas seis anos (1996-2002), porque, devido ao elevado número de imigrantes que utilizavam passaportes falsos para entrar nos EUA, a Argentina foi removida do programa em 2002.

O Gráfico 3 apresenta o fluxo de turistas americanos nos EUA no período 1998-2008. Constata-se ausência do padrão de crescimento observado para o México. Apesar disso, o turismo na Argentina cresceu, superando o número de turistas no período anterior à dispensa unilateral.

Gráfico 3 – Argentina: fluxo de turistas americanos antes e após a isenção de visto (mil)



Fonte: Departamento de Comércio dos EUA. Elaboração própria.

No final da década de 1990 e início dos anos 2000, a Argentina enfrentou uma grave crise econômica e política, chegando a anunciar calote em sua dívida pública de mais ou menos US\$ 100 bilhões. Isso causou desconfiança de investidores e afastamento de empresas estrangeiras. A inflação também sofreu altas, porém os dados oficiais pareciam estar sendo escondidos pelo País. Em 2013, o Fundo Monetário Internacional (FMI) emitiu uma declaração

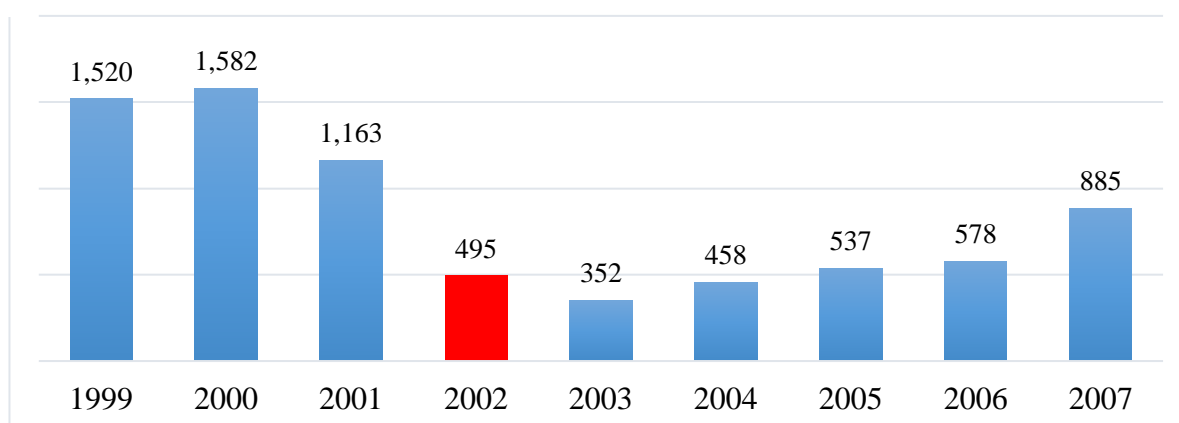
de censura, por achar que a Argentina não havia melhorado suficientemente seus dados oficiais (ALVARENGA e CARDILLI, 2014).

Para melhorar a situação do País, deu-se prioridade à produção, criação de empregos e retomada do mercado interno devido à demanda internacional favorável de *commodities* exportadas para o BRICS ¹⁹. Nesse contexto, o setor turístico também avançou. De 2003 a 2009, houve um crescimento de 11 para 142 hotéis na Argentina, e o desempenho do emprego nos ramos característicos do turismo acompanhou o crescimento global entre 2005 e 2009 (10,4%) (VILLAR, 2012).

Considerando-se o setor de turismo como um todo, a Argentina aumentou a arrecadação de US\$ 1.942.300.000 em 2003 para US\$ 4.805.100.000 em 2010. A chegada de turistas estrangeiros e sua contribuição em dólares sofreu uma retração notável em 2009 como resultado da crise internacional, mas se recuperou rapidamente a partir de 2010 (VILLAR, 2012).

Sobre a quantidade de dólares deixada na Argentina por turistas norte-americanos após a isenção unilateral, especificamente, o Gráfico 4 revela que não houve uma variação estável. Cinco anos após a isenção, a Argentina ainda não havia superado sua maior receita nos anos anteriores. Como demonstra o Gráfico 5, somente em 2010 o País superou as receitas do período anterior, apresentando trajetória crescente até 2017.

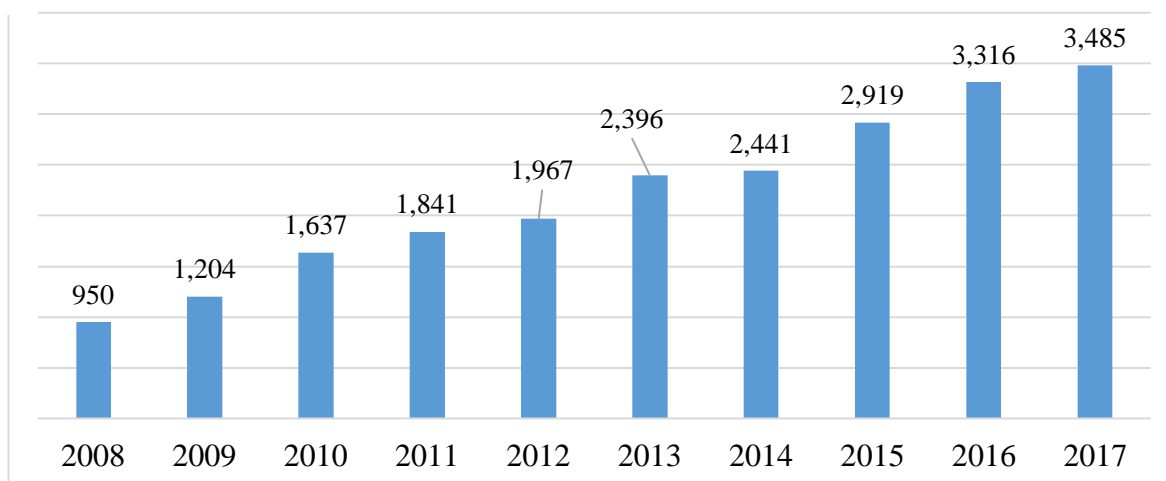
Gráfico 4 - Argentina: gastos de turistas americanos antes e após a dispensa de visto, 1999-2007 (US\$ milhões)



Fonte: Dados do Departamento de Comércio dos EUA. Elaboração própria.

¹⁹ “Matéria prima ou mercadoria primária produzida em grande quantidade, cujo preço é regulado pela oferta e pela procura internacionais e não varia muito consoante a origem ou qualidade. Definição do Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (<https://dicionario.priberam.org/commodity>).

Gráfico 5 – Argentina: gastos de turistas americanos após a dispensa de visto, 2008-2017 (US\$ milhões)

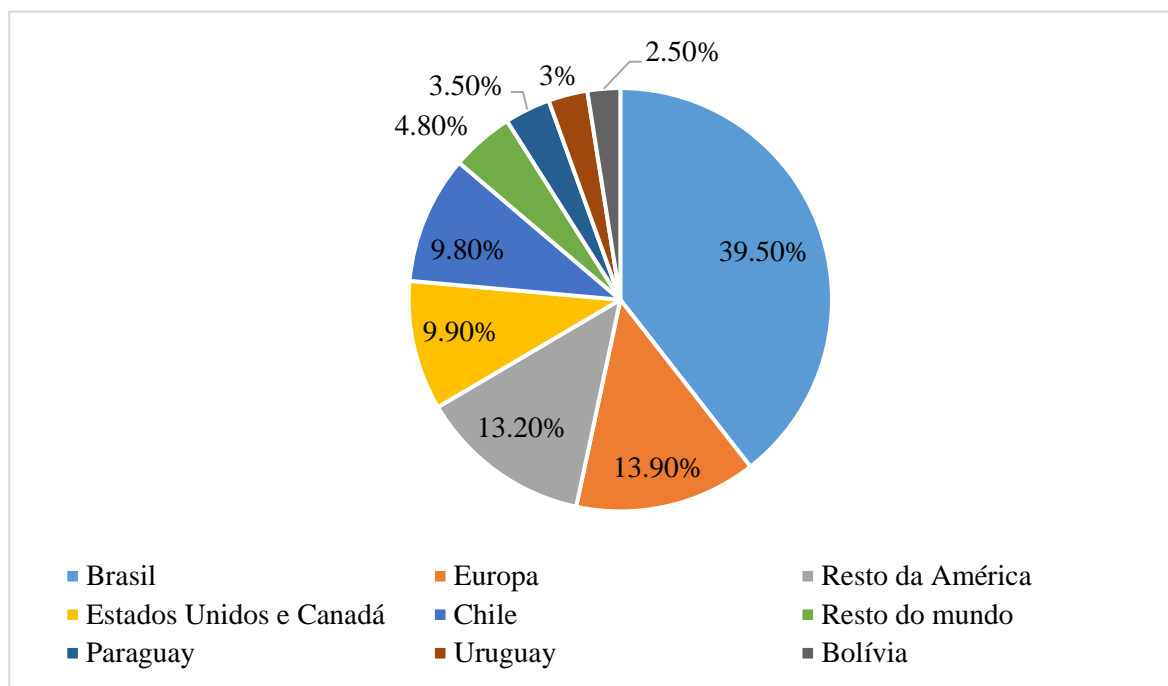


Fonte: Departamento de Comércio dos EUA. Elaboração própria.

De acordo com o jornal eletrônico *Infobae* (2019), a quantidade de turistas estrangeiros na Argentina aumentou 21% entre 2015 e 2018, passando de 5.736.000 para 6.940.000 turistas. O setor do turismo do País estaria sendo um exemplo de esforço para atravessar dificuldades econômicas e políticas. Ao mesmo tempo, reconhece-se que um maior crescimento requer que o turista se sinta seguro e, por isso, o Estado vem acompanhando o setor, traçando programas de benefícios, entretenimento e serviços para pessoas com deficiências, por exemplo.

A Argentina também tem investido em melhorarias na conexão aérea. Recentemente, foi inaugurado o *Aeropuerto Del Palomar*, melhorou a infraestrutura de outros aeroportos, além de sediar um número expressivo de eventos internacionais (23 eventos em 2018, 27,7% a mais que em 2017) (SUBSECRETARIA de Turismo, 2019).

Ainda assim, os EUA não são os que mais enviam turistas à Argentina. O País fica em quinto lugar, atrás do Brasil, Chile, “Resto da América” e Europa, como se pode observar no Gráfico 6 (Estadísticas, 2019).

Gráfico 6 – Argentina: país de origem dos turistas, julho/2019²⁰

Fonte: INDEC, Dirección de Estadísticas Básicas de la Balanza de Pagos.

5.3 Resultados esperados para o Brasil

No governo brasileiro, o debate sobre isenção de vistos se dá, principalmente, no âmbito de dois órgãos, o MRE, que defende a aplicação do princípio da reciprocidade, e o MTur, que é a favor da flexibilização da aplicação do princípio.

Precisamente no dia 21 de novembro de 2016, o Itamaraty destacou pontos negativos da isenção. Entre eles, mencionou a falta de reciprocidade para que cidadãos brasileiros entrem nos EUA sem visto, alegando que isso geraria críticas da opinião pública brasileira. Ainda, que a isenção estimularia pressão de parceiros estratégicos do Brasil, como China, Índia e Angola, por tratamento semelhante e que isso desencadearia risco migratório de cidadãos desses países para o País. O Itamaraty também argumentou que a isenção representaria a renúncia de 1/3 da renda recebida por concessão de vistos, cerca de US\$ 30 milhões anuais, gerando impacto negativo sobre o orçamento da União (GOVERNO FEDERAL, 2016)

Um ponto destacado por economistas é que turismo e segurança são diretamente relacionados. Para Tadeu Caputi Lélis, o turismo no Brasil não está unicamente baseado na questão

²⁰Dados de fluxo de turistas no Aeroporto Internacional de Ezeiza e no Aeroparque Jorge Newbery

dos vistos. De acordo com ele, o setor depende de melhores condições de segurança e infraestrutura. Lívio Ribeiro, por sua vez, também defende essa ideia e diz que estrangeiros deixam de vir ao Brasil por condições em áreas como segurança (VIECELI, 2019).

No início de 2019, porém, a posição dos órgãos finalmente se alinhou com relação a tais questionamentos. Os Ministros do Turismo, das Relações Exteriores, da Justiça e Segurança Pública apontaram pontos favoráveis à isenção.

Com relação à reciprocidade, defenderam que, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), 43% das políticas de vistos eram recíprocas até setembro de 2018, sejam elas mutuamente abertas ou fechadas, e que 49% eram combinações não recíprocas.

Também, defenderam que, entre 2008 e 2018, a proporção de políticas recíprocas abertas, em que ambos os países se isentam de vistos, havia aumentado de 14% para 21% e que, no mesmo período, as políticas recíprocas fechadas, em que ambos os países exigem vistos de entrada, haviam caído de 57% para 22%.

Destacaram que, de 2008 a 2018, as políticas de tratamento recíproco com relação aos vistos diminuíram em 23%. Finalmente, apoiaram-se em um estudo realizado pela OMT e o *World Travel and Tourism Council* (WTTC), apresentado à Assembleia Geral da 4ª Reunião de Ministros do Turismo do G20 em 2012, segundo o qual: “políticas de facilitação de vistos proporcionaram um aumento no número de chegadas de turistas nos países onde ocorreram as mudanças, em um intervalo de 5% a 25% ao ano, em média, ao longo de um período de três anos” (GOVERNO FEDERAL, 2019).

Com relação ao valor arrecadado com vistos, mencionaram o período dos Jogos Rio 2016, em que o Brasil isentou alguns países temporariamente. Destacaram que o País deixou de arrecadar US\$ 19.327.200,00 com o custo do visto, US\$ 160,00/indivíduo à época, em média, mas que, em contrapartida, os turistas que entraram com a dispensa teriam deixado US\$ 167.713.215,46 na economia brasileira. Além disso, a avaliação desses turistas teria sido positiva: 83,1% deles afirmaram que a visita ao Rio atendeu ou superou suas expectativas; 87,7%, que voltariam ao Brasil; e 82,2% declararam que a dispensa facilitaria esse retorno (GOVERNO FEDERAL, 2019).

Com relação à segurança, ressaltaram a inexistência de ameaça à segurança nacional e destacaram a necessidade de um trabalho conjunto para garantir um ambiente de viagens seguro, contando com tecnologia e cooperação internacional para compartilhamento de dados. Afirmaram que os desafios com a segurança não devem ser empecilho para a facilitação de viagens. (GOVERNO FEDERAL, 2019).

Com relação a impactos econômicos e sociais do setor, salientaram que o turismo é uma das áreas mais significativas na economia mundial. A contribuição total do setor, direta e indireta, para o PIB brasileiro foi de R\$ 520 bilhões em 2017, 7,9% do PIB, e estimaram um aumento de 2,8% ao ano, atingindo R\$ 700 bilhões até 2028, 8,2% do PIB. Em 2017, 2,3 milhões de empregos diretos foram gerados, incluindo empregos em hotéis, agências de viagens, companhias aéreas e outros serviços de transporte, e estimou-se que esse número aumentará para 2,88, de modo que o setor alcançará um total de 8 milhões de empregos, diretos e indiretos, até 2028 (GOVERNO FEDERAL, 2019).

Também são esperados impactos positivos em outros setores. Para Marco Ferraz, presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos, a isenção abre portas para a presença de navios na Região Nordeste durante todo o ano, o que estimularia a indústria do turismo a investir. Paulo Solmucci Júnior, por sua vez, presidente executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, também defende resultados positivos no ramo de alimentação (NASCIMENTO, 2019).

Sabe-se que o Brasil é um país competitivo no setor do turismo. Ele está em primeiro lugar em atrativos naturais e em oitavo lugar em atrativos culturais, de acordo com um estudo do Fórum Econômico Mundial que compara 136 países (GOVERNO FEDERAL, 2019). De acordo com os dados de junho de 2018, “Lazer” compõe 58,8% de respostas sobre o motivo principal das viagens dos turistas e “Sol e Praia”, 71,7% das opções sobre a principal motivação de viagens a lazer. Os 10 destinos do País mais visitados são Rio de Janeiro-RJ, Florianópolis-SC, Foz do Iguaçu-PR, Armação dos Búzios-RJ, São Paulo-SP, Bombinhas-SC, Salvador-BA, Balneário Camboriú-SC, Itapema-SC e Angra dos Reis-RJ (BRASIL, 2018).

Segundo o MTur, os Estados Unidos são o segundo maior emissor geral de turistas ao Brasil. O número de turistas norte americanos no Brasil saltou de 56.668 a 71.281 desde a isenção em junho de 2019. Em termos de gastos no País, os estrangeiros deixaram US\$ 598 milhões em julho de 2019, um aumento de 43,4% com relação ao mesmo período em 2018, US\$ 417 milhões (BRASIL, 2019).

Foi também registrado um crescimento de 53%, em junho de 2019, nas reservas de passagens aéreas feitas por turistas norte americanos, e de 97% em julho, ambos os meses comparados com relação ao mesmo período em 2018. A busca pelo Brasil como destino após o anúncio da isenção teve aumento de cerca de 31% por dia. Em abril, 76%, e em março, 58% (SAMPAIO, 2019).

Embora a procura tenha crescido, o Ministério do Turismo e o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), este responsável pela promoção do Brasil no exterior, reconhecem a

necessidade de uma maior divulgação do País e planejam uma grande campanha sobre a isenção de vistos, que conta com ações digitais, de relações públicas e publicidade para reforçar a medida nos países beneficiados (SAMPAIO, 2019).

Uma dessas ações já está em vigor. A Embratur lançou em 2019 uma nova campanha em forma de *reality show*. A ação é exclusivamente para o público internacional, em especial os que foram isentados do visto de turismo (EUA, Japão, Canadá e Austrália). Trata-se de concurso internacional que elegerá um estrangeiro para viajar pelo Brasil de graça por 30 dias. Nesse período, tudo será registrado em forma de *reality show* e exposto em redes sociais e no site oficial da promoção. O custo previsto para esta produção é de R\$ 3 milhões²¹.

Assim, o caso brasileiro assemelha-se mais ao mexicano. Ambos isentaram unilateralmente os vistos para os EUA, sem previamente terem participado de programas de isenção americanos, como o caso da Argentina. Também se espera que os ganhos com turismo no Brasil sejam crescentes, assim como no México e na Argentina, mesmo que na Argentina tenham sido em proporções mais lentas devido a problemas internos. Merece destaque o fato de que os três países têm adotado medidas complementares à isenção, como a atenção à segurança, investimento em infraestrutura e o cuidado com a divulgação do país internacionalmente.

Por fim, no dia 25 de novembro de 2019, o Brasil e os EUA assinaram declaração conjunta para iniciar os primeiros testes do Brasil no programa *Global Entry*. A entrada nesse programa é uma reivindicação do Brasil desde 2012²². Ressalta-se que não se trata de isenção de vistos, mas de uma medida que permite a viajantes brasileiros considerados confiáveis, ou seja, que já obtiveram o visto e já entraram no país antes, a entrada no território norte-americano sem a necessidade de passar por filas de migração.

O governo também demonstra interesse em fechar um acordo comercial amplo com os EUA, porém reconhece as barreiras e a necessidade de derrubar algumas tarifas. Nesse sentido, diplomatas brasileiros em Washington defendem a necessidade de se trabalhar com outras medidas de facilitação, como a facilitação de entrada em território brasileiro, para que se

²¹ Rei do Rolê é oficialmente lançado. Embratur.gov.br, 2019. Disponível em:

<http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/Rei_do_Role_e_oficialmente_lancado.html> Acesso em: 12/11/19>.

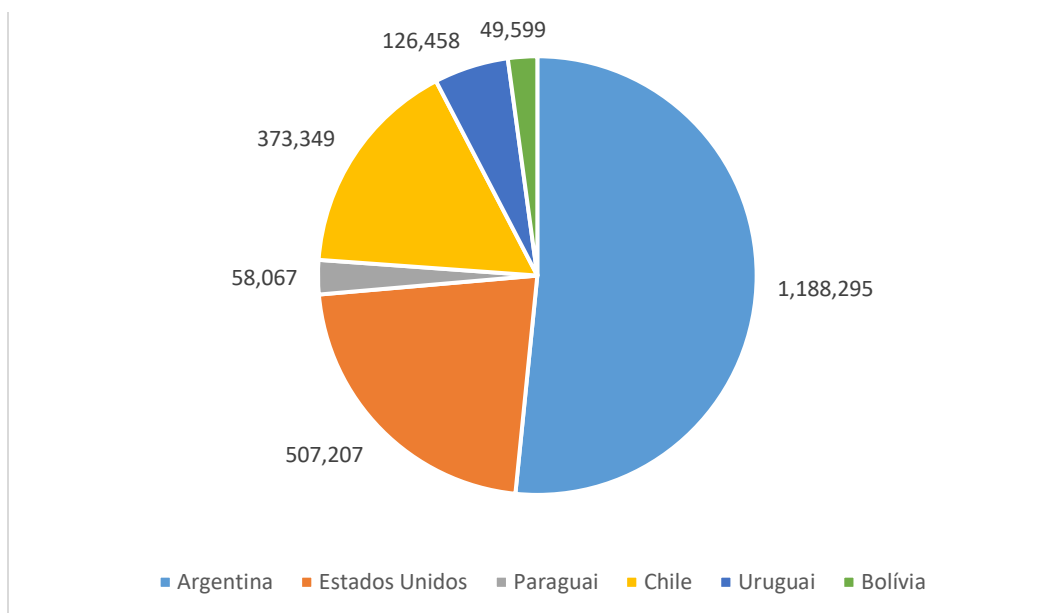
²² EUA iniciam teste para facilitar entrada de brasileiros no país. UOL, 2019. Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/11/25/brasil-assina-documento-com-eua-para-acelerar-entrada-no-global-entry.htm>>. Acesso em: 26 de nov. de 2019.

consiga chegar a um acordo maior entre os países²³. Isso vai ao encontro da teoria de Jogos Unilaterais já mencionada, em que um país adota uma estratégia independentemente da estratégia do outro país, não visando o retorno recíproco idêntico, mas alguma vantagem futura²⁴.

Analizando o fluxo de chegada de turistas(Gráfico 7), pode-se concluir que os EUA não são o primeiro país com maior emissão de turistas ao Brasil. Os EUA ocupam a segunda posição entre os países selecionados de acordo com o gráfico 6 referente à Argentina.

Gráfico 7 – Brasil: chegada de Turistas, 2018



Fonte: Ministério do Turismo: Extrator de Chegada de Turistas Internacionais ao Brasil

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve por objetivo avaliar os possíveis benefícios econômicos da isenção unilateral pelo Brasil de vistos de turismo para cidadãos americanos à luz das experiências mexicana e argentina. Para tanto, recuperou-se os conceitos de reciprocidade e de diplomacia de vistos com autores como Celso D. Mello (2000), Robert O. Keohane (1986) e Kevin D.

²³ DIAS, Marina. Brasil anuncia início de testes para programa de entrada rápida nos EUA. Folha de S.Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/brasil-anuncia-inicio-de-testes-para-programa-de-entrada-rapida-nos-eua.shtml>>. Acesso em: 26 de nov. de 2019.

²⁴ Participação do Brasil no programa “Global Entry! - Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Economia e da Casa Civil. Itamaraty, 2019. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/21097-participacao-do-brasil-no-programa-global-entry-nota-conjunta-do-ministerio-das-relacoes-exteriores-do-ministerio-da-economia-e-da-casa-civil>>. Acesso em: 26 de nov. de 2019.

Stringer(2004). Discutiu-se o histórico de leis de migração no Brasil, México e Argentina. Apresentaram-se os dados do fluxo de turistas, bem como seus gastos, no México e na Argentina, 5 anos antes e após a isenção e avaliaram-se outros fatores determinantes do fluxo do turismo.

O estudo revelou que a política de liberação de vistos pode gerar ganhos para um país, mas que ela deve ser adotada em conjunto com outras medidas. No caso do México, por exemplo, além da isenção, houve investimento no marketing e na promoção do país como destino para lazer e sede de eventos. No caso da Argentina, a situação de falsificação de identidades fez com que o país fosse removido do VWP, o que demonstra a importância de o Estado assegurar e ampliar as medidas de segurança para, assim, passar mais confiança aos estrangeiros.

Além disso, o país enfrentou uma grave crise econômica e política, o que causou falta de confiança internacional. Nesse contexto, utilizando o turismo como fonte de receitas, a Argentina investiu em medidas específicas para atrair um número maior de turistas, como a melhora da conexão entre os países por meio da criação de novos aeroportos e da infraestrutura e da segurança. Ou seja, apesar das dificuldades econômicas e políticas enfrentadas, o setor do turismo conseguiu resultados positivos, embora mais lentos do que se comparado com o México.

O Brasil também caminha para maior cooperação com os EUA. O primeiro passo dado, de isenção de vistos unilateral, abriu portas para uma maior facilitação de entrada de brasileiros em território norte-americano através do programa *Global Entry*. Para o Brasil, o estudo demonstrou aumento de turistas e aumento de empregos esperados e geração de rendas. Porém, com base no que foi analisado com relação ao México e Argentina, para que estes aumentos sejam mais significativos, é preciso investir mais em questões internas como infraestrutura, segurança e imagem do país.

Espera-se que este trabalho motive outras pesquisas a ampliar o conhecimento acerca do assunto em tela no caso brasileiro. Recomenda-se para trabalhos futuros o aprofundamento do perfil dos turistas americanos, os lugares no Brasil mais procurados por estes, como estes têm sido influenciados pela chegada de mais turistas e quais impactos sofreram.

Além disso, espera-se motivar outros trabalhos com análises acerca dos avanços da relação entre o Brasil e os EUA no que diz respeito a políticas de isenção de vistos, tendo em vista que o Brasil está na lista de países que estão sendo avaliados para o *Visa Waver Program* e conseguiu, no dia 25 de novembro de 2019, iniciar os procedimentos para o programa *Global Entry*.

REFERÊNCIAS

AGOSTINE, Cristiane. Política: Dispensa de visto deve injetar até US\$ 3 bi no Brasil, diz ministro. 2019. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/politica/6170945/dispensa-de-visto-deve-injetar-ate-us-3-bi-no-brasil-diz-ministro>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

ALCAT, María Belén García. **“EVOLUCIÓN DEL PROGRAMA VISA WAIVER EN UN CONTEXTO DE SEGURIDAD EN PROCESO DE CAMBIO”**. 2009. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações e Negociações Internacionais, Universidad de San Andrés, Buenos Aires, 2009.

ALVARENGA, Darlan. CARDILLI, Juliana. 10 pontos para entender a crise na Argentina. G1, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/01/entenda-crise-economica-e-politica-na-argentina.html>> Acesso em: 13 nov. de 2019.

BOLSONARO comemora apoio americano à entrada do Brasil na OCDE. Brasília: Jornal Globo News, 2019. Son., color. Edição 16. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/v/bolsonaro-comemora-apoio-americano-a-entrada-do-brasil-na-ocde/7468663/>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 5 mar. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui A Lei de Migração. Brasília, 24 maio 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. Estudo da Demanda Turística Internacional, Brasil 2018. Disponível em: <www.dadosefatos.turismo.gov.br> Acesso em: 3 mar. 2020.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2.430-A, de 05 de novembro de 2003. Projeto de Lei 2.430-a: Do Sr. Carlos Eduardo Cadoca. Brasília, 05 nov. 2003. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=094EC724AA5B303B43C406C1BF21E468.node1?codteor=463230&filename=Avulso+-PL+2430/2003>. Acesso em: 17 jul. 2019.

BRASIL. Projeto de Lei nº 178-C, de 14 de fevereiro de 2007. Projeto de Lei: Do Sr. Otavio Leite. Brasília, 14 fev. 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0F283DD086558D6839D1F8445C9F6420.node1?codteor=1122590&filename=Avulso+-PL+178/2007>. Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.193, de 24 de novembro de 2015. Presidência da República: Casa Civil. Brasília, 24 nov. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13193.htm>. Acesso em: 19 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.193, de 24 de novembro de 2015. Presidência da República: Casa Civil. Brasília, 24 de nov. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13193.htm#art2> Acesso em: 5 mar. 2020.

BRASIL. Portaria Conjunta nº 216, de 24 de dezembro de 2015. Ministério do Turismo, Gabinete do Ministro: Portaria Conjunta 216. Brasília, 24 dez. 2015. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_27077372_PORTARIA_CONJUNTA_N_216_DE_24_DE_D ESEMBRO_DE_2015.aspx>. Acesso em: 19 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo, Isenção de vistos é aprovada por unanimidade na Câmara dos Deputados, de 01 out. 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/ultimas-not%C3%ADcias/5551-isenção-de-vistos-é-aprovada-por-unanimidade-na-câmara-dos-deputados.html>>. Acesso em: 3 mar. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo, Com isenção de visto, número de estrangeiros aumenta 25% nos meses de junho a agosto, de 15 de out de 2019. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/ultimas-not%C3%ADcias/13035-com-isenção-de-visto,-número-de-estrangeiros-aumenta-25-nos-meses-de-junho-a-agosto.html>> Acesso em: 3 mar. 2020

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Governo estuda fim da reciprocidade na exigência de visto, 26 nov. 2008. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/noticias/124234-GOVERNO-ESTUDA-FIM-DA-RECIPROCIDADE-NA-EXIGENCIA-DE-VISTO>> Acesso em: 3 mar 2020.

BRASÍLIA. **DECRETO Nº 9.731, DE 16 DE MARÇO DE 2019.** Dispensa visto de visita para os nacionais da Comunidade da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos da América e do Japão e altera o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, que regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração. Brasília, Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/67423098/do1e-2019-03-18-decreto-n-9-731-de-16-de-marco-de-2019-67423092 Acesso em: 5 mar. 2020.

BUMP, Philip. Why Trump's ICE raids might deport people who weren't given a chance to stay legally. 2019. Disponível em:

<<https://www.washingtonpost.com/politics/2019/07/11/how-system-could-have-failed-targets-trumps-deportation-raids/?noredirect=on>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

CARO, Katie. 'Brasil não preenche requisitos para ter visto livre', diz cônsul dos EUA. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/04/brasil-tem-96-de-aprovacao-em-vistos-dos-eua-veja-passo-passo.html>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

COSTA, Edvânia Vanielle Viegas Miranda. Arquitetura da separação: uma análise sobre as motivações e consequências dos muros do México e de Israel. 2017. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Projeto de Lei da Câmara nº 224, de 14 de junho de 1953. . Brasília, 14 jun. 1953. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/57545>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

Estadísticas de turismo internacional. Instituto Nacional de Estadísticas y Censos, 2019. Disponível em:

<https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/eti_09_194723920A3D.pdf>. Acesso em: 13 de nov. de 2019.

EVERETT, Burgess; ZANONA, Melanie. Trump fumes over border wall as budget deal advances. 2019. Disponível em: <<https://www.politico.com/story/2019/07/28/donald-trump-border-wall-budget-1437590>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

FEITOSA NETO, Antonio Carlos; LIMA, Arthur Bruno Ferreira de. Reciprocidade no Direito Internacional como princípio basilar de cooperação entre os povos. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/53517/reciprocidade-no-direito-internacional-como-principio-basilar-de-cooperacao-entre-os-povos>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

FELLET, João. Itamaraty muda posição histórica e diz apoiar liberação de vistos para americanos. BBC News Brasil. São Paulo, 21 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46922437>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

FERNANDES, Edvaldo. RELAÇÕES EXTERIORES: Governo estuda fim da reciprocidade na exigência de visto. 2008. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/129065.html>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

FONTES, Lourival. **Diário do Congresso Nacional**, 14 de junho de 1955. Seção II. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/12803?sequencia=17#diario>>. Acesso em: 19 out. 2019.

FRIEDRICH, T.S. **Da Reciprocidade no Direito Internacional Público**. 2004. (Mestre/UFPR, Professora de Direito Internacional Privado da UFPR e Direito Internacional Público das FIC). Disponível em: <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/da-reciprocidade-no-direito-internacional-publico/>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

GOMES, Antonio. México recebe 39 milhões de turistas em 2017 e se torna o sexto país mais visitado do mundo. Mercado e Eventos, 2018. Disponível em: <<https://www.mercadoeeventos.com.br/noticias/destinos/mexico-recebeu-39-milhoes-de-turistas-em-2017-e-se-tornou-sexto-pais-mais-visitado-do-mundo/>> Acesso em: 18 out. 2019.

GOVERNO FEDERAL. Relatório Itamaraty. Acesso a Informação, 2016. Disponível em: <<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Item/displayifs.aspx?List=0c839f31%2D47d7%2D4485%2Dab65%2Dab0cee9cf8fe&ID=523450&Web=88cc5f44%2D8cfe%2D4964%2D8ff4%2D376b5ebb3bef>> Acesso em: 11 de nov. de 2019.

GOVERNO FEDERAL. Cópia de pareceres e estudos sobre isenção de vistos. Acesso a Informação, 2019. Disponível em: <<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Item/displayifs.aspx?List=0c839f31-47d7-4485-ab65-ab0cee9cf8fe&ID=746418&Web=88cc5f44-8cfe-4964-8ff4-376b5ebb3bef>> Acesso em: 11 de nov. de 2019.

KEOHANE, Robert O.. Reciprocity in International Relations. **International Organization Vol. 40, No. 1 (winter, 1986)**, Massachusetts, p.1-27, nov. 1986. Disponível em: <www.jstor.org>. Acesso em: 22 ago. 2019.

KUME, Honório. As tarifas aduaneiras no Brasil são excessivamente elevadas? **Radar Tecnologia, Produção e Comércio Exterior**, Brasília, p.3-7, abr. 2018.

LUGULLO, Marise. **RELAÇÕES EXTERIORES**: Comissão prepara texto único sobre emissão de visto de turista. 2009. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/RELACOES-EXTERIORES/137526-COMISSAO-PREPARA-TEXTO-UNICO-SOBRE-EMISSAO-DE-VISTO-DE-TURISTA.html>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de direito internacional público. 12. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. p.88.

MÉXICO, 1974. **Ley General de Población**, 7 de enero de 1974. Disponível em: <http://imumi.org/attachments/Ley_General_de_Poblacion_1974.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2019.

MÉXICO. Projeto de Decreto, de 24 de abril de 2018. Iniciativa Que Reforma y Adiciona Diversas Disposiciones de Las Leyes de Migración, y Federal de Derechos, A Cargo del Diputado Juan Manuel Cavazos Balderas, del Grupo Parlamentario del Pri. Palácio Legislativo de San Lázaro, 24 abr. 2018. Disponível em: <http://sil.gobernacion.gob.mx/Archivos/Documentos/2018/04/asun_3707890_20180426_1524679294.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2019.

MIGRACIÓN, Instituto Nacional de. Países y regiones que requieren visa para viajar a México. 2016. Disponível em: <<https://www.inm.gob.mx/gobmx/word/index.php/paises-requieren-visa-para-mexico/>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

MONTENEGRO, Mônica. ECONOMIA: Setor turístico pede aprovação de projeto sobre vistos. 2007. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/104412.html>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

MRE. Ministério das Relações Exteriores. Comunicado Conjunto do Presidente Barack Obama e da Presidenta Dilma Rousseff. 2012. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3009-comunicado-conjunto-do-presidente-barack-obama-e-da-presidenta-dilma-rousseff-washington-9-de-abril-de-2012>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

MRE. Ministério das Relações Exteriores. Comunicado Conjunto do Presidente Barack Obama e da Presidenta Dilma Rousseff. 2015. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/10390-comunicado-conjunto-da-presidenta-dilma-rousseff-e-do-presidente-barack-obama-washington-30-de-junho-de-2015>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

NASCIMENTO, Livia. Entidades do trade turístico celebram decisão sobre vistos. Ministério do Turismo, 2019. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/12515-entidades-do-trade-tur%C3%ADstico-celebram-decis%C3%A3o-sobre-vistos.html>> Acesso em: 06 de nov. de 2019.

OLIVEIRA, Eliane. Brasil negociará com EUA isenção de vistos para brasileiros, diz ministro. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/brasil-negociara-com-eua-isencao-de-vistos-para-brasileiros-diz-ministro-23524745>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

PARISI, Francesco; GHEI, Nita. **The Role of Reciprocity in International Law**. Cornell International Law Journal. Virgínia, p. 1-14. fev. 2003.

PARTICIPAÇÃO do Brasil no programa “Global Entry! - Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Economia e da Casa Civil. Itamaraty, 2019. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/21097-participacao-do-brasil-no-programa-global-entry-nota-conjunta-do-ministerio-das-relacoes-exteriores-do-ministerio-da-economia-e-da-casa-civil>> Acesso em: 26 de nov. de 2019.

PENA, Rodolfo F. Alves. **"Muro do México"**; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/muro-mexico.htm>. Acesso em 30 de julho de 2019.

PORTO, VALÉRIA. **A Aplicação do Princípio da Reciprocidade no Direito Internacional Público: do Bilateralismo à Supranacionalidade**. Direito Público, [S.l.], v. 6, n. 26, jun. 2010. ISSN 2236-1766. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/1533>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

RAMOS, Renê; DIAS, Guilherme Francisco Alves Ribeiro; KAWAI, Fabiano Tatsushi. **O ESTRANGEIRO NO BRASIL: Legislação e Comentários**. 6. ed. São Paulo: Emdoc, 2015. 171 p.16

RECIPROCIDADE. In: *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2020, Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/reciprocidade>. Acesso em: 3 mar. 2020.

SAMPAIO, Vanessa. Escolha do Brasil como destino turístico cresce após isenção de vistos. Ministério do Turismo, 2019. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/12579-escolha-do-brasil-como-destino-tur%C3%ADstico-cresce-ap%C3%B3s-isen%C3%A7%C3%A3o-de-vistos.html>> Acesso em: 30 de outubro de 2019.

SANTIAGO, José Carlos de; COROMINA, Jorge. IPW 2019: USTA Top Execs Spell Out the Importance of Travel for America. 2019. Disponível em: <<https://www.cndenglish.com/en/ipw/ipw-2019-usta-top-execs-spell-out-importance-travel-america>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

SECTUR. Secretaría de Turismo. **Nuestro Turismo, el gran motor de la economía nacional**. México: SECTUR, 2018. Disponível em: <https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/412719/Turismo_2040_Poli_tica_Turi_stica_de_Estado.pdf> Acesso em: 13 nov. 19.

SECURITY, Homeland. **U.S Visa Waiver Program**. 2016. Disponível em: <<https://www.dhs.gov/visa-waiver-program>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

SENADO, Agência. **Política Internacional: Randolfe cobra reciprocidade e apresenta projeto para sustar decreto que libera vistos para o Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/03/19/randolfe-cobra-reciprocidade-e>>

apresenta-projeto-para-sustar-decreto-que-libera-vistos-para-o-brasil>. Acesso em: 18 jul. 2019.

SILVA, Helena da. Território. **DireitoNet**, 2004. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1524/Territorio>> Acesso em: 24 de nov. 2019.

SMITH, Robert Freeman. **Reciprocity**. Em: <<https://www.americanforeignrelations.com/O-W/Reciprocity.html>> Acesso em: 25 novembro 2019.

STATE, U.s Department Of. **International Travel: Country Information, Argentina**. 2018. Disponível em: <<https://travel.state.gov/content/travel/en/international-travel/International-Travel-Country-Information-Pages/Argentina.html>>. Acesso em: 07 ago. 2019.

México cresce e registra 35 milhões de turistas em 2016. **Panrotas**, 2017. Disponível em: <https://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/pesquisaseestatisticas/2017/03/mexico-cresce-e-registra-35-milhoes-de-turistas-em-2016_144683.html> Acesso em: 18 de out. 2019.

STRINGER, Kevin D. **The Visa Dimension of Diplomacy**. Instituto Clingendael, 2004. Disponível em: <https://www.peacepalacelibrary.nl/ebooks/files/Clingendael_20040300_cli_paper_dip_issue91.pdf> Acesso em: 27 de ago. 2019.

Subsecretária de Turismo da província de Buenos Aires. El turismo como uno de los grandes motores de crecimiento y empleo. Infobae, 2019. Disponível em: <https://www.infobae.com/opinion/2019/05/21/el-turismo-como-uno-de-los-grandes-motores-de-crecimiento-y-empleo/> Acesso em: 13 de nov. de 2019.

VIECELI, Leonardo. Fim do visto para americanos no Brasil teria de prever mais segurança, dizem analistas. Gauchazh, 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/viagem/noticia/2019/03/fim-do-visto-para-americanos-no-brasil-teria-de-prever-mais-seguranca-dizem-analistas-cjtktinced062g01ujln0kjm8.html>> Acesso em: 11 de nov. de 2019.

VIGEVANI, Tullo; MENDONÇA, Filipe; LIMA, Thiago. **Poder e Comércio**. São Paulo: Unesp, 2018. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=KiZjDwAAQBAJ&pg=PT229&lpg=PT229&dq=reciprocidade+difusa+keohane&source=bl&ots=PSEpqdKMTT&sig=ACfU3U0v4C1fiXKaN1jTHe8XJWLbLT7PBw&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjI4Oaj0qHkAhU_DrkGHdcCD7AQ6AEwB3oECAkQAQ#v=onepage&q=reciprocidade%20difusa%20keohane&f=false>. Acesso em: 26 ago. 2019.

VILELA, Pedro Rafael. **Bolsonaro: Trump signals he will facilitate visa for Brazilians**. 2019. Disponível em: <(http://agenciabrasil.ebc.com.br/en/politica/noticia/2019-03/bolsonaro-trump-signals-he-will-facilitate-visa-brazilians)>. Acesso em: 03 ago. 2019.

VILLAR, ALEJANDRO. Turismo y desarrollo en la Argentina. Una mirada global. **Revista de Ciências Sociais**, 2012. Disponível em: <file:///Users/RenataDantas/Downloads/Villar.%20Turismo%20y%20desarrollo%20en%20la%20Argentina_una%20mirada%20global.pdf> Acesso em: 13 nov. de 2019.

VIRALLY, Michel. **Le Principe de réciprocité dans le droit international contemporain. Recueil des Cours**, Vol. III, 1967. págs. 1 e segs.

WINTER, Luís Alexandre Carta. Vistos de entrada e o princípio da reciprocidade. **Gazeta do Povo**, 2019. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/opinioao/artigos/vistos-de-entrada-e-o-principio-da-reciprocidade-4m9poby5da1roylqghiqhgw5b/>> Acesso em: 24 de nov. 2019.